

 **MUNICÍPIO DE INDAIÓPOLIS**
Praça Cararamã, 11 - Centro - CEP 35725-000
Fone/Fax 44 3674 1188 - 3674 1560 - CNPJ 15.798.355/0001-77
E-mail: gestaodm@indaiopolis.mg.gov.br
INDAIÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 258/2025

PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS,
Prefeito do Município de Indaíópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor:

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER licença para tratamento de saúde, por 90 (noventa) dias, a servidora **ROSILMA TEODORO DOS SANTOS CECILIO**, matrícula funcional nº 584, ocupante do cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**, conforme Atestado Médico emitido em 23 de setembro de 2025, em conformidade com a Lei Complementar 048/2002, de 22 de dezembro de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 23 de setembro de 2025, revogando-se as disposições em contrário.

PAGO MUNICIPAL "WALDEMAR TRIVISAN" DE INDAIÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, em 24 de setembro de 2025.


PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS
Prefeito do Município de Indaíópolis

 **MUNICÍPIO DE INDIATUBA**
Praça Caruru, 150 - Centro - CEP 87.235.000
Fone 44.3674.1106 - 3674.1560 - CEP 78.798.935/0001-77
E-mail: indaiatuba@indaiatuba.pr.br
INDAIATUBA - ESTADO DO PARANÁ

CONTRATO Nº: 98/2025.

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE INDIATUBA, Estado do Paraná, com sede à Praça Caruru, 150, Centro, Indaiatuba/PR, inscrito no CGC/MF nº 75.798.355/0001-77, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Paulo César Rizzatto Martins, portador da Cédula de Identificação RG nº 94.894.993-9 SSP/PR e do CPF/MF nº748.846.388-00;

TOMADOR: VPI DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.483.808/0005-51, localizada na RUA PADRE SEGURA ALDA, O S01-1, CEP: 87430.000 - BAIRRO: CENTRO, no município de Taperinha/PR.

OBJETO: Aquisição de suprimentos de informática essenciais ao funcionamento dos diversos setores da Administração Pública Municipal de Indaiatuba/PR.

VALORES: R\$ 1.305,00 (um mil e um real, trezentos e cinquenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 22 de setembro de 2025.

FORO: Comarca de Cianorte, Estado do Paraná.


Paulo César Rizzatto Martins
Prefeito Municipal

Indaiatuba/PR, 22 de setembro de 2025.



MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS

Praça Caravelas, 150 - Centro - CEP 87 235 000
 Fone/Fax 64 2474 1100 - 3674 1500 - CEP 75 790 205/0001-77
 E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 339/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2025

Ratifico por este termo a Dispensa de Licitação para Aquisição de gêneros alimentícios diretamente de agricultores familiares e empresa produtora rural com origem determinada o artigo 14 da lei nº 11.947/2009 - Lei Municipal de 2012, para atender as necessidades da FINEC relativa ao PMAE.

Em favor de:

CARLOS MARQUES DAS NEVES CPF 436.345.089-4, ESTRADA CARLOS, INDIANÓPOLIS-PR CEP 87235-000;

ROBERTO DA COSTA MARTINS ALCANTARA, CPF 082.639.079-00, ESTRADA CARVALHO, INDIANÓPOLIS-PR CEP 87235-000;

GLEUDINEIA DA SILVA PRATO, CPF 595.792.185-00, ESTRADA SÃO JOÃO, INDIANÓPOLIS-PR CEP 87235-000;

LUCIÂNDIA LEITE SILVA CPF 014.438.300-00, ESTRADA TRAPEVA - BAIRRO PALMEIRINA, INDIANÓPOLIS-PR CEP 87235-000;

ENEDMAI MANOEL DA SILVA CPF 758.038.056-00 RDO GDT, INDIANÓPOLIS-PR CEP 87235-000;

VALSON DOS SANTOS CPF 968.013.740-00 RUA CARABEIRA Nº12, INDIANÓPOLIS-PR CEP 87235-000;

CLEUSA MARIA RESINA ZANG CPF 203.973.809-00 ESTRADA PALMEIRINA, 28 24 12-7 - SÍTIO N INDIANÓPOLIS-PR CEP 87235-000;

OSVALDO DE ARAUJO FERREIRA CPF 483.808.348-00 ESTRADA VALOTTO, INDIANÓPOLIS-PR CEP 87235-000;

NELSON ALEXANDRE

DOS SANTOS CPF 820.940.399-00 SÍTIO ASIA BRANCA, LOTE 297-28-B INDIANÓPOLIS-PR CEP 87235-000;

MARLI MENDESOLIVEIRA CPF 082.639.079-00 ESTRADA IPANEMA, INDIANÓPOLIS-PR CEP 87235-000;

MARIA LUCIA GOMES REZENDE CPF 048.871.349-64 ESTRADA ROMEU INDIANÓPOLIS-PR CEP 87235-000;

ROSANGELA DE CARVALHO YUSKINASKI CPF 064.482.980-00 ESTRADA PALMEIRINA INDIANÓPOLIS-PR CEP 87235-000;


HELGA DOMINGUES DE ALMEIDA CPF 147.192.180-30 CHACARA SANTA HELENA LOTE INDIANÓPOLIS-PR CEP 87235-000;

OSMAR RODRIGUES DE PAULA CPF 280.565.708-02SÍTIO SÃO JOÃO LOTE INDIANÓPOLIS-PR CEP 87235-000;

VALOR TOTAL:

O custo total será de **R\$ 57.512,94 (Cinqüenta e Sete Mil, Quinhentos e Doze Reais e Noventa e Quatro Centavos)**, com base na lei federal 14.133/2021, de acordo com o parecer da assessoria jurídica e tendo em vista os elementos que instruem o processo n.º **80/2025**.

Indiápolis/PR, 23 de setembro de 2025.



PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS
PREFEITO MUNICIPAL



PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

2025-2028

PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Jussara – Paraná
Setembro/2025

1. IDENTIFICAÇÃO

Município: Jussara – Paraná

Porte Populacional: Pequeno Porte I

População estimada: 6690 pessoas [IBGE-População Estimada 2022]

Localização: Região Noroeste

Prefeitura Municipal de Jussara-Paraná

Nome do Prefeito: Moacir Luiz Pedreira Valentini (Tatinha)

Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família

Secretária: Jéssica Rogério Ferreira

Secretaria Municipal de Educação

Secretário: Leandro Ramos Rodrigues Felis

Secretaria Municipal de Saúde

Secretário: Jeruel Panizio

Presidente do conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Celso Evaristo da Costa

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
PORTARIA Nº 290/2025

DATA: 15 de setembro de 2025

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família

Titular: Celso Evaristo da Costa

Suplente: Gabriela Perez Nogueira

Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Mariana Guides Rocha

Suplente: Maria Serli Soares dos Santos Vieira

Representante da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Rosa Cruz Canavaro

Suplente: Juliana Manrique Tondati

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

Representantes da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais)

Titular: Jessica Garçete Camargo

Suplente: Luciana Franco

Representantes da Sociedade Civil Organizada (Pessoa física)

Titular: Francisca Aparecida Mendes

Suplente: Carlos Roberto Izeppi

Representantes da Sociedade Civil Organizada (Pessoa Física)

Titular: Claudinei Giroto

Suplente: Reginaldo Pereira de Souza

REVISÃO

IBTECH Assessoria e Consultoria em Gestão Pública

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
DECRETO MUNICIPAL Nº 799/2025:

Nome	Escolaridade	Profissão	Função/Cargo	Vínculo	Representação
Jessica Rogério Ferreira	Ensino Superior Completo	Assistente Social/Contadora	Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família	Comissionado	Órgão Gestor
Celso Evaristo da Costa	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo	Adjunto da Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família	Estatutário	Órgão Gestor
Francisca Aparecida Mendes	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo	Sociedade Civil Organizada	Sem Vínculos	Usuário
Gabriela Perez Nogueira	Pós Graduação	Assistente Social	Assistente Social	Estatutário	Proteção Social Especial
Jessica Camila Lopes Furtado	Pós Graduação	Assistente Social	Assistente Social	Estatutário	CRAS
Joice Francieli Tomaz Freitas	Ensino Superior Completo	Prossesso Gerenciais	Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais	Comissionado	Órgão Gestor
Jussara Regina Barbosa	Pós Graduação	Psicóloga	Coordenadora do CRAS	Estatutário	CRAS
Letícia Marcello de Lima	Pós Graduação	Assistente Social	Assistente Social	Coleta	APAE
Patrícia Figueiredo Rodrigues Izeppi	Pós Graduação	Professora Estadual do Paraná	Diretora Administrativa	Estatutário Cedido pelo Estado	APAE
Tatiane Ferreira dos Santos	Pós Graduação	Pedagoga	Pedagogo Social	Estatutário	Proteção Social Especial

PALAVRAS DO PRESIDENTE DO CMDPD

Gratificante contribuir com a construção da Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no município de Jussara-Paraná, representando o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no primeiro Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD). Embora em território nacional anseie avanços, no município temos galgado conquistas significativas, no qual visualizo o respeito e prioridade da Pessoa com Deficiência no SUAS e demais políticas públicas. Espero que esse Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, venha traçar os rumos da Política Municipal dos Direitos da Pessoas com Deficiência, superando as barreiras históricas desses cidadãos, promovendo a acessibilidade e fortalecendo a inclusão destes. Que este Plano sirva de instrumento de fortalecimento do conselho e na defesa dos direitos da pessoa com deficiência.

Celso Evaristo da Costa
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência Biênio 2025-2027

PALAVRAS DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA DA FAMÍLIA

É com grande satisfação que apresentamos, depois de bastante dedicação e esforço, o resultado de várias mãos que uniram esforços para sedimentar a Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, traçando caminhos, metas e objetivos para superar as barreiras impostas pela sociedade, pelo poder público e demais atores sociais. Somente na soma de esforços, na construção coletiva dos espaços urbanos e sociais que podemos, juntos, derrubar essas barreiras e garantir a acessibilidade e inclusão social para todas as pessoas. O presente Plano Municipal é um passo significativo nesse sentido, buscando congregiar idéias, sonhos, metas e mentes para colocar as ações em prática, monitorando, fiscalizando e cobrando os responsáveis para que a sociedade seja, de fato, uma sociedade para todas as pessoas.

É dever de todos nós, gestores ou não, garantir também, de forma efetiva, os espaços de participação, decisão e formulação de políticas públicas para as pessoas com deficiência, visando que o público-alvo também participe desse processo, seja ouvido, visto, considerado e consultado, de forma que as ações e objetivos sejam resultado do que o público deseja. Sendo assim, estamos felizes de ser parte deste processo em Jussara-Paraná, buscando tornar a cidade e sua comunidade cada vez mais igualitária, participativa e inclusiva.

Jéssica Rogério Ferreira
Secretária Municipal de Assistência Social e Segurança da Família

2. APRESENTAÇÃO

A elaboração do primeiro Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Jussara (2025-2028) reflete o comprometimento da gestão municipal, em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPeD), em assegurar a proteção social às pessoas com deficiência no município de Jussara.

Este Plano estabelece estratégias sistêmicas de ação com o objetivo de implementar, em nível local, a Política Nacional da Pessoa com Deficiência, bem como promover o exercício pleno e equitativo dos direitos desse público. Dada a relevância do tema, o Plano constitui-se como um importante instrumento de planejamento, fruto de uma construção social, histórica, participativa e estratégica. Ele norteará a formulação de políticas voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, sendo desenvolvido de forma integrada e articulada, sob a perspectiva da proteção integral.

A construção do Plano foi coordenada pela equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conjunto com os conselheiros e conselheiras do CMDPeD. O processo contou ainda com a colaboração de diversas secretarias municipais, que participaram de debates sobre a realidade das pessoas com deficiência no município e contribuíram com propostas de ações para promover sua inclusão plena e efetiva.

É importante destacar que as diretrizes e ações previstas neste Plano foram fundamentadas nas deliberações do II Encontro Temático da Pessoa com Deficiência, realizado em 08 de outubro de 2021.

O histórico da luta pelos direitos das pessoas com deficiência é marcado por avanços conquistados a partir das mobilizações sociais, protagonizadas principalmente pelas próprias pessoas com deficiência, seus familiares e demais envolvidos com a causa. Essas mobilizações ganharam força especialmente nas décadas de 1980 e 1990, no contexto da redemocratização do país e da promulgação da Constituição Federal de 1988, que assegurou importantes direitos fundamentais e ampliou os espaços de participação e controle social, elementos essenciais para a organização e articulação da sociedade civil.

No entanto, foi com a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015) que o Estado brasileiro colocou definitivamente a implementação de políticas públicas para esse segmento na agenda nacional.

Em nível local, o município de Jussara avançou significativamente ao instituir, por meio da Lei nº 1.808, de 1º de setembro de 2021, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPeD) e o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (FMDPeD). Esses instrumentos têm como finalidade assegurar a participação popular nas discussões, proposições, elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas voltadas à garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

A equipe responsável pela elaboração do Plano também conduziu um diagnóstico municipal, abrangendo os atendimentos prestados às pessoas com deficiência nas diversas áreas, como saúde, educação, assistência social, trabalho, obras, entre outras. Esse levantamento teve como objetivo identificar as principais demandas e subsidiar a formulação de propostas mais eficazes e condizentes com a realidade local.

Somário

1. IDENTIFICAÇÃO	2
2. APRESENTAÇÃO	7
Somário	9
3. INTRODUÇÃO	10
4. O MUNICÍPIO DE JUSSARA E ASPECTOS GERAIS	11
4.1 POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E SEXO	14
4.2 POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO TIPO DE DOMICÍLIO E SEXO	2022
14	
5. MARCO LEGAL	14
6. PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE JUSSARA	16
7. A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM JUSSARA	17
7.1 Secretaria Municipal de Assistência Social	17
7.2 Secretaria de Saúde	22
7.3 Secretaria de Educação Especial	23
7.4 Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	24
8. OCORRÊNCIAS DE VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	27
9. CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA- JUSSARA	27
10. ENCONTRO TEMÁTICO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA- DO MUNICÍPIO DE JUSSARA – PARANÁ	28
11. PLANO DE AÇÃO	32
11.1 Metas - Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência 2025 A 2028	33
12. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	39
13. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
3. INTRODUÇÃO	

O Município de Jussara, localizado na região Noroeste do Paraná, apresenta características históricas, geográficas e socioeconômicas que condicionam a formulação e execução de suas políticas públicas. Com base no Censo Demográfico de 2022, que indica uma população de 6.690 habitantes, observa-se a necessidade de planejar ações que contemplem diferentes grupos sociais, especialmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade. Nesse contexto, a efetivação de políticas voltadas às pessoas com deficiência constitui prioridade, considerando tanto os princípios da universalidade e equidade da assistência social quanto o compromisso municipal com a cidadania e a justiça social.

O presente Plano tem como objetivo central a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da pessoa com deficiência. Busca-se, assim, assegurar um processo de envelhecimento saudável, digno e participativo, com a plena integração das pessoas com deficiência na vida comunitária.

Para alcançar esse propósito, foram estabelecidos objetivos específicos que norteiam a ação municipal:

- promover debates entre setores governamentais e não governamentais, de forma descentralizada, para identificar e expor as demandas das pessoas com deficiência;
- fiscalizar e articular o cumprimento das diretrizes das políticas públicas voltadas à pessoa com deficiência, por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- colaborar, por todos os meios legais cabíveis, na defesa dos direitos das pessoas com deficiência;
- promover e apoiar iniciativas que assegurem inclusão cultural, social, econômica e política, com representatividade nas áreas de saúde, educação, assistência social, habitação, transporte, entre outras;
- estimular a interação comunitária, por meio da atuação intersetorial de escolas, secretarias e instituições do terceiro setor, respeitando as especificidades de cada deficiência;
- garantir uma educação inclusiva e especializada de qualidade, assegurando processos de aprendizagem adequados e acessíveis aos estudantes com deficiência.

O Plano Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência deve ser desenvolvido com atenção às particularidades e diferenças da população de Jussara, seguindo diretrizes que promovam a integração conjunta das ações planejadas e implementadas, em articulação complementar entre as três esferas de governo. Nesse sentido, as diretrizes do plano municipal estão alinhadas ao Plano Nacional e ao Plano Estadual, fortalecendo a efetividade das políticas públicas locais e consolidando os direitos legalmente conquistados.

Importante destacar que o Plano Novo Viver Sem Limites, em sua segunda edição, introduz quatro eixos estruturantes: gestão e participação social; enfrentamento ao capacitismo e à violência; acessibilidade e tecnologia assistiva; e promoção do direito à educação, assistência social, saúde e demais direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Cada eixo aborda aspectos fundamentais para a proteção e promoção dos direitos das pessoas com deficiência, como a necessidade de articulação social, a eliminação de barreiras, o combate às discriminações e a ampliação das condições de cidadania.

Considerando a recente formulação desses eixos no nível federal, bem como a necessidade de incorporá-los à realidade local, este plano municipal articula-se com o Plano Viver Sem Limites e com o Plano Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, buscando construir propostas eficazes com a colaboração dos diversos setores envolvidos.

As diretrizes a serem seguidas incluem:

I – Inclusão Social, promovendo a adaptação da sociedade para acolher pessoas com deficiência e preparando-as para o exercício de seus papéis na comunidade, garantindo igualdade de oportunidades;

II – Acessibilidade, reconhecendo e enfrentando barreiras arquitetônicas, atitudinais, tecnológicas e comunicacionais que dificultam o pleno exercício da cidadania;

III – Dignidade e Autonomia, em consonância com a Carta dos Direitos Humanos da ONU, assegurando respeito às diferenças, igualdade de condições e combate ao preconceito.

Essas diretrizes reforçam o compromisso municipal em assegurar os direitos das pessoas com deficiência e promover a proteção social, alinhando-se ao Estatuto Estadual da Pessoa com Deficiência (Lei nº 18.419, de 7 de janeiro de 2015). Além disso, refletem a importância da participação social por meio de debates, conferências e instâncias de controle, essenciais para enfrentar os desafios da implementação de políticas públicas inclusivas.

4. O MUNICÍPIO DE JUSSARA E ASPECTOS GERAIS

O Município de Jussara foi criado pela Lei nº 2.411, de 13 de julho de 1955, com território desmembrado do município de Engenheiro Beltrão. Sua instalação oficial ocorreu em 08 de dezembro do mesmo ano, data que passou a ser comemorada como o aniversário do município e também como o dia da padroeira, Nossa Senhora da Conceição.

A economia local sofreu grande impacto com as geadas ocorridas na década de 1970, que provocaram uma significativa redução no cultivo do café e, conseqüentemente, um êxodo populacional expressivo. Atualmente, a economia de Jussara é sustentada principalmente pela agricultura e pela presença da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Jussara é atendida pela rodovia estadual asfaltada PR-323, no trecho entre Cianorte (a 16 km) e Maringá (a 65 km). Os municípios limítrofes a Jussara são:

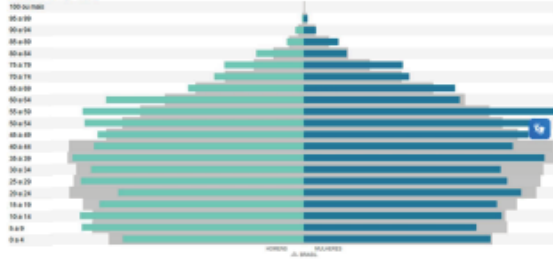
- Ao norte: São Jorge do Ivaí (Rio Ivaí)
- Ao sul: Araruna (Rio Taquarumbé)
- A leste: Terra Boa (fronteira seca)
- A oeste: Cianorte e São Tomé (Rio Ligeiro)

O município pertence à bacia hidrográfica do Rio Ivaí e, do ponto de vista geomorfológico, está localizado na região conhecida como o Terceiro Planalto Paranaense, caracterizada principalmente por rochas areníticas (Caiaú) e basálticas (IBGE CIDADES, 2022).

Segundo o último censo, Jussara possui 6.690 habitantes, com uma estimativa populacional de 6.795 pessoas para o ano de 2024. Sua área territorial é de 210,869 km², resultando em uma densidade demográfica de 31,35 habitantes por km². O código do município é 4113007, e o gentílico é jussarense (IBGE CIDADES, 2022).



4.1 POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E SEXO



4.2 POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO TIPO DE DOMICÍLIO E SEXO – 2022

TIPO DE DOMICÍLIO	MASCULINA	FEMININA	TOTAL
Urbano	3.320	3.370	6.151
Rural	3.320	3.370	535
TOTAL	3.320	3.370	6.690

FONTE: IBGE – Censo Demográfico

5. MARCO LEGAL

Após a Segunda Guerra Mundial (1945), diante da devastação na Europa e do impacto dos discursos de discriminação, surgiu a necessidade de proteger os direitos fundamentais de todas as pessoas e comunidades. Nesse contexto, em 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas promulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, estabelecendo garantias básicas para todos, independentemente de raça, origem, limitações ou outras características, com base na igualdade e na proibição de qualquer forma de discriminação. Entre os grupos reconhecidos como vulneráveis, destacam-se as pessoas com deficiência, que passaram a ter proteção reforçada em tratados internacionais, como a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (ONU, 1975), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) e o Decreto nº 6.949/2009, que incorporou a convenção ao ordenamento jurídico brasileiro.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu importantes garantias, tanto no artigo 23, inciso II, ao atribuir à União, Estados, Distrito Federal e Municípios a obrigação de assegurar proteção e assistência às pessoas com deficiência, quanto no artigo 196, que determina que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida por meio de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário aos serviços de promoção, proteção e recuperação. Posteriormente, legislações específicas consolidaram esse marco, como o Decreto nº 3.298/1999, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que reforçam a igualdade de oportunidades, a eliminação de barreiras e a necessidade de compreender a deficiência como resultado da interação entre impedimentos físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais e os obstáculos impostos pela sociedade.

Entre as políticas nacionais, destaca-se o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite (Decreto nº 7.612/2011), voltado a promover o exercício pleno dos direitos por meio da articulação de políticas em diferentes áreas. No campo da saúde, a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência define categorias específicas – física, auditiva, visual, intelectual e múltipla – e inspirou a criação, em 2012, da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, atualmente denominada Linha de Cuidado de Saúde da Pessoa com Deficiência. Essa rede busca garantir a integralidade do cuidado por meio da integração de serviços de atenção básica, especializada e hospitalar, promovendo ações de prevenção, tratamento e reabilitação. Além disso, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seus artigos 2º e 3º, estabeleceu princípios como dignidade, autonomia, acessibilidade e não discriminação, reafirmando a inclusão como eixo central das políticas públicas.

As categorias legalmente reconhecidas abrangem a deficiência física, que envolve alterações parciais ou completas em segmentos do corpo humano que comprometam funções motoras; a deficiência auditiva, caracterizada por perda auditiva a partir de 41 dB; a deficiência visual, que inclui cegueira, baixa visão e visão monocular; a deficiência intelectual, que se manifesta antes dos dezoito anos e envolve limitações em habilidades adaptativas; a deficiência múltipla, que associa duas ou mais deficiências; e o Transtorno do Espectro Autista (TEA), que envolve prejuízos persistentes na comunicação e interação social, além de padrões restritivos e repetitivos de comportamento.

Assim, observa-se que o fortalecimento dos direitos das pessoas com deficiência, em nível internacional, nacional e municipal, constitui um processo contínuo que exige ações integradas, apoio institucional e participação social. A criação de conselhos, fundos municipais, planos de ação e redes de cuidado representa avanços significativos na promoção da inclusão. Entretanto, a superação das barreiras físicas, sociais e culturais ainda se impõe como desafio central. O diálogo permanente entre poder público e sociedade civil é fundamental para a construção de políticas públicas efetivas, garantindo a acessibilidade, a equidade e a plena cidadania das pessoas com deficiência, em direção a uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

6. PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE JUSSARA

Este gráfico apresenta um comparativo entre os dados sobre pessoas com deficiência no município de Jussara, conforme registros do Censo Demográfico do IBGE e do Cadastro Único (CECAD 2.0). As informações refletem a quantidade de pessoas que declararam possuir algum tipo de deficiência, categorizadas por tipo (visual, auditiva, física/motora, mental, etc.). Como as bases de dados têm metodologias diferentes, os números absolutos podem variar — mas juntos oferecem uma visão mais ampla e complementar da realidade local.

Importante destacar que os números representam pessoas com deficiência que vivem em Jussara. A discrepância entre os totais se deve à abrangência das fontes: o IBGE coleta dados em escala censitária, enquanto o CECAD depende do registro no Cadastro Único (programas sociais).

Tipo de Deficiência	IBGE (Censo)	CECAD 2.0
Pelo menos uma deficiência	1.158	420
Visual (baixa visão + cegueira)	895	18 (15 + 3)
Auditiva (leve a severa)	253	19 (11 + 8)
Física / motora	290	85
Mental / intelectual	53	63
Transtorno/doença mental	—	42
Síndrome de Down	—	3
Pessoa com deficiência (genérico)	—	190

Segundo com os dados da APAE no qual representam um recorte específico: apenas das pessoas atendidas pela instituição. Nota-se concentração em deficiência intelectual (52), seguida por autismo (13) e atraso no desenvolvimento (12).

Tipos de deficiência	Quantidade
Deficiência Física	10
Deficiência Visual	00
Deficiência Auditiva	00
Deficiência Intelectual	52
Deficiência Mental	00
Autismo	13
Microcefalia decorrente de Zika	00
Atraso des. Neuropsicomotor	12
Deficiência Múltipla	09

7. A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM JUSSARA

7.1 Secretaria Municipal de Assistência Social

A Política de Assistência Social no município de Jussara-PR, é essencial para garantir a inclusão social e o bem-estar da pessoa com deficiência, promovendo sua autonomia e dignidade. Ao garantir acesso a serviços e benefícios, apoiar as famílias e atuar na defesa dos direitos, a assistência social contribui para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva para todos.Tem como pilares primordiais o Cadastro Único (CadÚnico) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), ambos essenciais para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência (PeD). Esses programas constituem ferramentas estratégicas para a inclusão social e para a promoção da dignidade da PeD, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade econômica.

O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é o principal instrumento utilizado para identificar e caracterizar as famílias de baixa renda, com o objetivo de integrá-las a programas sociais governamentais. Estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.135/2007, o CadÚnico é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e é obrigatório para a seleção de beneficiários de diversos programas sociais, como o Bolsa Família e o BPC.

Para inclusão no CadÚnico, as famílias devem atender ao requisito de possuírem renda mensal per capita de até meio salário-mínimo ou renda familiar total de até três salários-mínimos. A inscrição permite o acesso a políticas públicas de assistência social oferecidas pelo governo federal, estadual e municipal, além de facilitar o encaminhamento para benefícios essenciais, como programas de transferência de renda e outros serviços voltados à melhoria das

condições de vida.

O CadÚnico possibilita ao governo ter uma visão mais precisa da realidade socioeconômica das famílias cadastradas, servindo de base para a criação de políticas públicas direcionadas. De acordo com dados do Cadastro Único para Programas Sociais, no município de Jussara, 2.655 pessoas estão cadastradas, das quais 754 são classificadas como de baixa renda e 659 vivem em situação de pobreza.

CADASTRO ÚNICO



Fonte: aplicações MDS/SAGICAD, 2025

Entre os principais programas que utilizam os dados do Cadastro Único está o Programa Bolsa Família, criado para combater a desigualdade socioeconômica de famílias em situação de vulnerabilidade social. Para garantir a elegibilidade ao Bolsa Família, a renda mensal por pessoa não pode ultrapassar R\$218,00 valor que define a linha de pobreza segundo o programa. De acordo com dados de agosto de 2025, 253 famílias do município estão recebendo o benefício.

BOLSA FAMÍLIA



Fonte: aplicações MDS/SAGICAD, 2025

Entre os programas de transferência de renda, podemos destacar o Benefício de Prestação Continuada (BPC), um programa de assistência social previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que garante um salário mínimo mensal para idosos com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência de qualquer idade, desde que comprovem não possuir meios de se sustentar ou de serem sustentados pela família. Para ter direito ao BPC, a renda familiar per capita deve ser inferior a 1/4 do salário mínimo. Em Jussara, o total de beneficiários do BPC é de 108, dos quais 56 são pessoas com deficiência e 52 são idosos.

BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA



Fonte: aplicações MDS/SAGICAD, 2025

Para além, a política de Assistência Social oferece junto a Proteção Social Básica, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV em diversas modalidades, que atendem diferentes faixas etárias: de 0 a 6 anos, de 15 a 17 anos, de 18 a 29 anos, de 30 a 59 anos e para idosos. No município de Jussara o SCFV é destinado para crianças e adolescente da faixa etária de 06 a 15 anos e para pessoas idosas acima de 60 anos.

Esses serviços promovem atividades em grupos organizados de maneira a assegurar um desenvolvimento progressivo para os participantes, alinhado ao seu ciclo de vida, com o objetivo de complementar o trabalho social com as famílias e prevenir situações de risco social. Trata-se de uma intervenção social planejada que cria desafios, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e experiências individuais e coletivas, tanto no âmbito familiar quanto no comunitário (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009, atualizada em 2014).

No serviço de convivência para pessoas idosas a inclusão de pessoas com deficiências, totalizando 10 pessoas, sendo essas deficiências físicas e auditivas.

Os Grupos do PAIF consistem em encontros organizados previamente, com metas de curto prazo a serem alcançadas com um conjunto de famílias, através de seus responsáveis ou representantes, sob a coordenação de profissionais de nível superior do CRAS (Caderno de Orientações Técnicas sobre o PAIF, 2012).

A Política de Assistência Social de Jussara oferece, por meio de sua rede de serviços, programas e benefícios destinados a pessoas com deficiência e suas famílias, com o objetivo de viabilizar seus direitos. Atualmente, as solicitações para os benefícios do Passe Livre Interstadual e Intermunicipal são feitas no CRAS e o Passe Livre Intermunicipal também é solicitado na APAE, por aqueles usuários por lá acompanhados.

O Passe Livre Interstadual é um benefício do Governo Federal, gerido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que proporciona acesso gratuito ao transporte coletivo interestadual por rodovia, ferrovia e barco às pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade devido à renda. Este programa abrange pessoas com deficiência física, mental, auditiva, visual, múltipla, com ostomia ou doença renal crônica e que possuam baixa renda.

Além disso, o Governo do Estado do Paraná também oferece um benefício para pessoas com deficiência oriundas de famílias com renda mensal de até dois salários mínimos, garantindo a gratuidade no deslocamento entre cidades do estado, desde que cumpridos os requisitos.

As solicitações são, em sua maioria, realizadas pela internet, com o suporte do CRAS. Enquanto o Passe Intermunicipal deve ser solicitado por um profissional habilitado, o Passe Interstadual pode ser solicitado diretamente pelo beneficiário, através da conta Gov.br.

O CRAS também realiza a emissão da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTA). O documento digital facilita a identificação e a prioridade no atendimento em serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social. No caso dos particulares, isso inclui supermercados, bancos, farmácias, bares, restaurantes e lojas em geral.

Alinhados aos serviços ofertados no CRAS também temos o O Programa Criança Feliz, que é uma iniciativa do Governo Federal instituída pelos Decretos Federais nº 8.869/2016 e nº 9.579/2018 que tem o objetivo de apoiar e acompanhar o desenvolvimento infantil integral na primeira infância, no período compreendido entre 0 e 36 meses, facilitar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e de suas famílias às políticas e aos serviços públicos que necessitam.

O Programa Criança Feliz atende gestantes, crianças de 0 até 36 meses e suas famílias incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, crianças de até 72 meses e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC); e crianças de até seis anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção.

Até o momento o Programa Criança Feliz de outubro de 2020 até dezembro de 2024 atendeu entre 100 e 400 pessoas em média, realizando visitas domiciliares e levando as atividades que são desenvolvidas pela equipe para trabalhar o desenvolvimento das crianças atendidas na coordenação motora fina, grossa, trabalhar cores, tato, texturas, números, realizando vários encaminhamentos a rede de proteção. Durante os trabalhos realizados a equipe do Criança Feliz conseguiram identificar crianças com possível deficiência, encaminhando assim a mesma para saúde para que fosse investigado e iniciassem o tratamento adequado.

Em municípios de pequeno porte, onde não existem Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS), os serviços da proteção social especial são realizados por equipe técnica lotada no Órgão Gestor da Assistência Social. Esse é o caso do município de Jussara, o qual conta com uma equipe técnica composta por 01 assistente social, 01 psicólogo e 01 pedagogo, os quais executam atividades no dispositivo de média complexidade da política de assistência social.

Com isso, oferece atendimento socioassistencial às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal ou social por ameaça ou violação de direitos, cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos e que demandam intervenções especializadas. Salienta-se que atualmente o serviço atende em média 30 indivíduos/famílias. Assim, os serviços executados incluem o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade; e o Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias e abordagem social para pessoas em situação de rua.

Dentro desses serviços, as ações executadas se referem a: apoio ao exercício do protagonismo e da participação social; Contribuir para a superação de situações vivenciadas e a reconstrução de relacionamentos familiares e comunitários, dentro do contexto social, ou na construção de novas referências; Facilitar o acesso das famílias e indivíduos a direitos socioassistenciais e à rede de proteção social; Interromper padrões de relacionamentos familiares e comunitários com violência de direitos; Prevenir os agravamentos e a institucionalização; Propiciar uma acolhida e escuta qualificada; Promover o fortalecimento da função protetiva da família; Execução do serviço de medidas socioeducativas em meio aberto; Elaboração de estudos sociais; Realização de diagnósticos socioeconômicos; Construção do Plano Individual e/ou familiar de atendimento; Orientação sócio-familiar e encaminhamento para a rede de serviços locais; Atendimento psicossocial; Identificação da família externa ou ampliada, dentre outros.

Atualmente, é esse dispositivo que executa o Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no município, por meio de ações voltadas a construção de um atendimento integral do adolescente e seu núcleo familiar. Com isso, executa a acolhida, construção do Plano Individual de Atendimento (PIA), levantamento das necessidades socioassistenciais e/ou de outras políticas públicas, realiza encaminhamentos para outros serviços, mantém diálogo com outros setores para encaminhamento de medidas de Prestação de Serviços à Comunidade, realiza atendimentos e orientações, além de grupos com os adolescentes e seus familiares objetivando a construção de novas reflexões e realidades.

7.2 Secretaria de Saúde

A linha de cuidado à saúde da pessoa com deficiência no município de Jussara é composta por uma rede de serviços especializados que asseguram um atendimento integral e de qualidade. As Unidades Básicas de Saúde (UBS) realizam o atendimento inicial e acompanham continuamente as demandas de saúde dessa população. Já as Estratégias de Saúde da Família (ESF) atuam de forma mais próxima da comunidade, com foco na promoção da saúde e na prevenção de doenças.

A Clínica Municipal de Fisioterapia disponibiliza tratamentos voltados à reabilitação física, favorecendo a recuperação da mobilidade e das funções corporais. Profissionais de fonoaudiologia oferece apoio essencial à comunicação e à deglutição, contribuindo significativamente para o bem-estar dos pacientes. Possui também serviços de órtese e prótese pelo TFD, fornecendo cadeiras de rodas motorizadas e manuais, e possui assistência médica por meio de convênios de saúde.

As Equipes de Saúde Bucal também têm papel fundamental, garantindo o cuidado odontológico com atenção às particularidades dessa população. Complementando essa rede, a Vigilância em Saúde atua no monitoramento e na implementação de ações de saúde pública que promovem melhorias na qualidade de vida. Juntos, esses serviços integram um sistema de atenção coordenada, voltado ao cuidado integral da pessoa com deficiência.

7.3 Secretaria de Educação Especial

De acordo com o PNAD (2022), entre os 18,6 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, apenas 25,6% concluíram o Ensino Médio — um número significativamente inferior aos 57,3% das pessoas sem deficiência que atingiram o mesmo nível educacional. A inserção no mercado de trabalho também é limitada: apenas 29,2% das pessoas com deficiência fazem parte da força de trabalho. Mesmo entre aquelas com Ensino Superior, a taxa de participação é de apenas 54,7%, evidenciando as barreiras de acesso ao emprego formal, inclusive para os mais qualificados.

Dados do IBGE (2022) reforçam esse cenário de exclusão. No terceiro trimestre de 2022, a taxa de analfabetismo entre pessoas com deficiência era de 19,5%, contrastando com apenas 4,1% entre pessoas sem deficiência. Apenas um quarto dessa população havia finalizado pelo menos o Ensino Médio, revelando disparidades marcantes na educação.

No município de Jussara, há profissional de pedagogia e psicólogo de apoio às escolas. Essa equipe realiza avaliações individualizadas para identificar as necessidades específicas dos alunos e propõe intervenções adequadas, como encaminhamentos para profissionais da área da saúde. Esse acompanhamento é essencial para promover a inclusão educacional e o desenvolvimento integral dos estudantes, em especial daqueles com deficiência ou necessidades educacionais especiais. A atuação da equipe vai além do apoio pedagógico, abrangendo aspectos sociais, psicológicos e de saúde, e contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo.

As Salas de Recurso Multifuncional complementam esse trabalho, oferecendo Atendimento Educacional Especializado (AEE) do tipo I. Esses espaços são equipados com materiais didáticos acessíveis e adaptados, destinados a alunos com deficiência intelectual, física, transtornos do desenvolvimento ou dificuldades de aprendizagem. As atividades são planejadas de forma individualizada e devem ocorrer ao longo de no mínimo 800 horas e 200 dias letivos, em locais com condições adequadas de espaço, iluminação, ventilação e acessibilidade.

Os professores responsáveis pelas Salas de Recursos têm funções específicas, como identificar corretamente os diagnósticos, elaborar e acompanhar os Planos de Atendimento Educacional Especializado, produzir materiais pedagógicos acessíveis e orientar tanto os professores da sala regular quanto as famílias dos alunos, assegurando a continuidade e a efetividade do processo educativo.

7.4 Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jussara – APAE foi fundada em 19 de dezembro de 1985, é uma associação civil, beneficente, sem fins lucrativos com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, atuando dessa forma, principalmente na defesa e garantia de direitos, além da prevenção, trabalho, profissionalização, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros. A entidade tem por missão, conforme o Art.º 2º de seu Estatuto, “promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária”.

A APAE de Jussara define no Art. 9º de seu Estatuto os seguintes fins e objetivos nos limites territoriais do seu município voltados a promoção de atividades de finalidades relevância pública e social, em especial:

I – promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, em seus ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;

II – promover ao público definido no inciso I a integração à vida comunitária no campo da assistência social, realizando atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e para suas famílias;

III – promover a habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção da sua inclusão à vida comunitária, no enfrentamento dos limites existentes para as pessoas com deficiência, de forma articulada ou não com ações educacionais ou de saúde, por meio de serviços, programas ou projetos socioassistenciais;

IV – prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

V– oferecer serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

A APAE de Jussara é caracterizada como entidade de Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência intelectual ou múltipla e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social e executa Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias realizando as ações: acolhida do usuário e suas famílias, escuta/entrevista social, plano de atendimento familiar, atendimento domiciliar, desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social com o Grupo de Pais e ou Cuidadores, atividade de convívio e de organização da vida cotidiana com as atividades de Oficinas, encaminhamentos para rede de serviços locais.

Assim como executa a oferta Defesa e Garantia de Direitos na atividade Promoção da defesa e direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade, inclusive por meio da articulação com órgãos públicos e privados de defesa de direitos e articula com educação e saúde realizando articulação em rede, serviços socioassistenciais da proteção social básica e proteção social especial, participação em Conselhos Municipais, palestras de Prevenção e Palestras Informativas para as famílias, Grupo de Auto defensores, encaminhamentos para atendimentos de saúde, serviços de políticas setoriais e demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

Na área da Educação, a Apae oferece atendimento na Escola Vamos Caminhar Juntos – Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Modalidade de Educação Especial, mantida pela APAE de Jussara foi credenciada pela Resolução Nº 4859/2011 da Secretaria de Estado da Educação – SEED/PR, a ofertar educação básica e autorizada a ofertar Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos – Fase I, na Modalidade de Educação Especial, para atendimento na área de Deficiência Intelectual e Múltiplas Deficiências, e Transtornos Globais do Desenvolvimento.

A escola legalmente embasada nos seguintes componentes legais: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96, na Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação, Resolução nº 02/01 (CNE/CEB) - Diretrizes Nacionais para oferta a Educação Especial na Educação Básica, Deliberação nº 02/03 (CEE/PR), Parecer CEE/CEB nº 108/10, Parecer CEE/CEIF/CEMP nº 07/14, Parecer CEE/Bicameral nº 128/18 e Parecer CEE/Bicameral nº 75/2025.

A instituição oferta atendimento aos estudantes (deficiência intelectual, múltiplas deficiências e transtornos globais do desenvolvimento) nas etapas e modalidades de acordo com o Parecer CEE/CEIF/CEMP 07/14, Parecer CEE/Bicameral nº 128/18 e Parecer CEE/Bicameral nº 75/2025. Desta forma, atende estudantes na Educação Infantil - que compreende Estimulação Essencial (0 a 3 anos) e Educação Pré-Escolar (4 anos a 5 anos e onze meses – de acordo com a legislação vigente); no Ensino Fundamental, anos iniciais - 1º e 2º ciclo (6 a 15 anos) e na Educação de Jovens e Adultos – Fase I - 1º ao 5º ano (ciclo único), a partir de 15 anos; Educação de Jovens e Adultos - Programa Pedagógico do Currículo Funcional, a partir de 35 anos.

Na área da Saúde, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jussara realiza a oferta de ações e serviços de reabilitação intelectual/mental no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, de acordo com as normas e diretrizes estabelecidas na Resolução SESA Nº 468/2018 e conforme prevê o Estatuto da entidade no inciso V, Art. 9º, “oferecer serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla”.

A entidade está inscrita no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, sob Nº 9560637, desde 07/08/2018, sob gestão Estadual. Está caracterizada pela atividade ambulatorial, classificada como unidade de reabilitação intelectual, em nível de atenção de média complexidade, com fluxo de atendimento de demanda espontânea e referenciada.

Os serviços ofertados objetivam a reeducação das funções cognitivas e sensoriais, que inclui a avaliação, estimulação e orientação relacionada ao desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, garantindo o acesso dos usuários de modo universal, igualitário e gratuito, mantendo sempre a qualidade e dignidade na prestação dos serviços.

Nesse sentido, o atendimento à Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla é realizado por meio da estratégia de abordagem interdisciplinar, buscando ampliar e articular os pontos de atenção à saúde, sendo elas temporárias ou permanentes, progressivas ou estáveis, intermitentes ou contínuas e tendo como finalidade à promoção, prevenção, tratamento, reabilitação e

vigilância em saúde dos seus usuários para promover uma melhor qualidade de vida.

Em novembro de 2024, houve a liberação para executar o Projeto “Ampliação dos Procedimentos dos Serviços de Saúde” através do Programa PRONAS/PCD.

Os serviços de saúde ofertados pela instituição são atendimentos de Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia, Assistente Social, Psiquiatria, Nutricionista, Terapia Ocupacional, Neurologia, Psicopedagogia, Educador Físico.

8. OCORRÊNCIAS DE VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Como descrito acima, os serviços da proteção social especial são realizados por equipe técnica lotada no Órgão Gestor da Política de Assistência Social, atuando como uma unidade que atende indivíduos, grupos e famílias em situações de risco pessoal e social ou que tiveram seus direitos violados. Nesse âmbito, são registrados os atendimentos a pessoas com deficiência cujos direitos foram infringidos, seja por meio de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual) ou devido ao abandono e à negligência, no entanto nos últimos dois anos não foi registrados casos de violação de direitos a pessoas com deficiência, sendo que nesses 24 meses, dose famílias que possuem sua composição familiar pessoas com algum tipo de deficiência foram atendidas no PAEFI.

9. CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA- JUSSARA

Impulsionada pela Secretaria Municipal de Assistência e Segurança da Família em 2021, foi formado o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, compostos de representantes de entidades governamentais e não governamentais. Marcando um passo decisivo na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, sendo o conselho uma estrutura vital e vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social. A criação deste conselho é um verdadeiro marco histórico para o município, simbolizando um avanço significativo no Sistema de Garantia e Defesa dos Direitos desse público. Concomitantemente ao Conselho foi regulamentado o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, sendo que o conselho se reúne bimestralmente, tratando dos assuntos de interesse das pessoas com deficiência, deliberando e fiscalizando a respeito da Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

10. ENCONTRO TEMÁTICO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA – PARANÁ.

No ano de 2021, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família articulou a realização do I Encontro Temático dos Direitos da Pessoa com Deficiência no dia 01/10/2021, no município de Jussara, contando com a participação de representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, a fim de elaborar proposta de Políticas Públicas municipais visando o bem estar nas diversas áreas, com o Cenário Atual e Futuro na Implementação dos direitos das Pessoas com Deficiência e Direito a Inclusão das Pessoas com Deficiência, visando buscar melhorias que garantam qualidade de vida para a pessoa com deficiência.

Relatório Final do I Encontro dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Município de Jussara, do Estado do Paraná, Brasil.

Eixo 1: Estratégias para manter e aprimorar o controle social assegurada à participação das pessoas com deficiência.		
Nº	Propostas	Esfera de Governo
1	Instituição do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência no Município.	Município
2	Mobilizar a pessoa com deficiência, seus familiares e toda a comunidade para o debate e construção da Política Municipal da pessoa com Deficiência.	Município
3	Promover a capacitação dos agentes Técnicos e conselheiros de direitos para atuação na política da Pessoa com Deficiência.	Estado
4	Criação de Fóruns Regionais para aprimorar e debater a implementação das Políticas das Pessoas com Deficiência.	Estado
5	Recriar o Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência.	União
6	Garantir recursos para a ampliação do IPC.	União

Eixo 2: Acesso das pessoas com deficiência para a construção de Políticas Públicas		
Nº	Propostas	Esfera de Governo
1	Crear Programa de sensibilização às condições de transporte e ao atendimento de saúde, oferecendo o transporte de forma privilegiada, observando as condições de tempo e condições.	Município
2	Oferecer atendimento de cotelepara para os estudantes que necessitam, de acordo com a sua deficiência.	Município
3	Que o Estado contine residuária Inclusiva regionalizada de serviço de acolhimento institucional, no âmbito da proteção social e especial de alta complexidade, para que os municípios possam fazer convênio com a instituição.	Estado
4	Que o Governo do Estado destine recursos para atendimento de pacientes que utiliza medicamentos não disponibilizados pelo SUS.	Estado
5	Que o Governo Federal priorize, nos orçamentos públicos, recursos para atendimentos de serviços, programas e ações voltadas à pessoa com deficiência.	União

Eixo 3: Financiamento de políticas Públicas para a pessoa com deficiência		
Nº	Propostas	Esfera de Governo
1	Crear o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e prever no orçamento público recursos financeiros, voltados a pessoa com deficiência.	Município
2	Divulgação e conscientização junto as empresas quanto aos	Município
3	Investimentos destinados a Política da Pessoa com Deficiência.	
4	Divulgação junto ao Ministério Público e Poder Judiciário quanto a destinação de metas para o Fundo Municipal da pessoa com deficiência.	Município
5	Divulgação junto ao Ministério Público e Poder Judiciário quanto a destinação de metas para o Fundo Municipal da pessoa com deficiência.	Estado
6	Garantir no mínimo 3% de recurso destinado ao fundo Municipal dos Direitos da pessoa com deficiência.	Estado
7	Alteração na Lei Federal para destinação do Imposto de Renda para o Fundo da pessoa com deficiência.	União
8	Garantir no mínimo 3% de recurso destinado ao fundo Municipal dos Direitos da pessoa com Deficiência.	União

Eixo 4: Acessibilidade e Tecnologia Assistiva		
Nº	Propostas	Esfera de Governo
1	Melhorar as vias públicas no que diz respeito à acessibilidade, principalmente calçadas e rampas adequadas e de acordo com as normas com a fiscalização efetiva dos órgãos competentes.	Município
2	Ampliar a equipe técnica para realizar atendimento de reabilitação, avaliação, encaminhamentos para o acesso às Órteses e próteses, bem como suas adaptações.	Município
3	Prestar serviços de manutenção para os equipamentos, órteses e próteses, levando em consideração que a maioria das famílias não tem condições econômicas para realizá-las.	Estado
4	Adequar as órteses e próteses provenientes do SUS aos pacientes, ampliando modelos, tamanhos e necessidades, além de reduzir os prazos de entrega para o máximo de sessenta dias.	Estado

11. PLANO DE AÇÃO

O Plano de Ação de Jussara-Paraná será voltado para os direitos das pessoas com deficiência foi elaborado com base na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, alinhando-se aos eixos do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, e às discussões das Conferências Estaduais dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Este planejamento estratégico é fundamental para abordar os desafios locais e promover a inclusão efetiva de todas as pessoas com deficiência na comunidade.

11.1 Metas - Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência 2025 A 2028

PLANO DE AÇÃO			
EIXOS NORTEADORES			
EIXO 01 – GESTÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL			
	Ações	Prazo	Responsáveis
01	Promover fóruns de debates junto com a pessoa com deficiência para fortalecer a Política Pública da Pessoa com Deficiência.	2026/2027	Secretaria Municipal da Assistência Social e Segurança da Família/CMDPD
02	Garantir orçamento/recursos livres no Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.	2026/2027	Administração Municipal
03	Realizar Campanha de doação direta para captação de recursos no Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.	2026/2027	Secretaria Municipal da Assistência Social e Segurança da Família/CMDPD
04	Promover a formação continuada aos professores e profissionais que atuam no atendimento educacional especializado, abrangendo a todos os profissionais de educação, incluindo as demais secretarias municipais.	2026-2028	Secretaria Municipal de Educação e Governo do Estado
05	Realizar evento alusivo ao “Dia D” – Virslado ao Dia da Inclusão Social e Profissional das Pessoas com Deficiência e Realizados no Mercado de Trabalho.	2026/2028	Secretaria de Municipal de Indústria, Comércio, Trabalho, Emprego e Renda
06	Estimular e Incentivar a contratação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, respeitando e cumprindo a Lei nº 8.213/1991 (cotas).	2026/2028	Secretaria de Municipal de Indústria, Comércio, Trabalho, Emprego e Renda
08	Garantir a inclusão de atividades esportivas e culturais para pessoas com deficiência no âmbito municipal, promovendo a inclusão social através do esporte e cultura.	2026/2028	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.
09	Ofertar capacitação aos professores que atuam no atendimento aos estudantes com deficiência e com transtornos globais do desenvolvimento em situação de transtorno prolongado de saúde.	2026/2028	Secretaria Municipal de Educação
10	Incentivar a participação da pessoa com deficiência nas reuniões, encontros temáticos e/ou conferências dos conselhos municipais das diversas políticas municipais.	2026/2028	Secretaria Municipal da Assistência Social e Segurança da Família/CMDPD

EIXO 02 – ENFRENTAMENTO AO CAPACITISMO E À VIOLÊNCIA			
	Ações	Prazo	Responsáveis
01	Promover capacitação para a Pessoa com Deficiência para inserção no mercado de trabalho.	2026/2028	Secretaria Municipal da Assistência Social e Segurança da Família/Secretaria de Municipal de Indústria, Comércio, Trabalho, Emprego e Renda (CMDPD)
02	Articular e viabilizar cursos para formar cuidadores para pessoas com deficiência.	2026/2028	Secretaria Municipal da Assistência Social e Segurança da Família
03	Assegurar Programas e Projetos para atendimentos das famílias que na composição familiar tenha pessoa com deficiência, como: “Cuidando de quem cuida”, entre outros.	2026/2028	Secretaria Municipal da Assistência Social e Segurança da Família
04	Realizar Campanhas de conscientização e orientação na mídia e/ou em outros meios de comunicação voltados para empregadores de um modo geral, com objetivo de incentivar a contratação da Pessoa com Deficiência.	2026/2028	Secretaria de Municipal de Indústria, Comércio, Trabalho, Emprego e Renda

05	Promover e incentivar a prática do esporte inclusivo no âmbito municipal, abrangendo crianças, adolescentes, adultos e idosos, visando integração social e bem-estar para todas as faixas etárias.	2026/2028	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
06	Conscientizar, mobilizar e sensibilizar a sociedade em geral, especificamente sobre o conceito, especificidades e manejo da Pessoa com Deficiência.	2025/2028	Secretaria Municipal da Assistência Social e Segurança da Família/CMDPD
07	Promover dentro das escolas (municipais e estaduais) um trabalho de conscientização sobre o respeito a Pessoa com deficiência.	2026/2028	Secretaria Municipal da Assistência Social e Segurança da Família/CMDPD
08	Promover campanhas e ações de incentivo à representação da pessoa com deficiência nos espaços de formulação de políticas públicas e ações comunitárias (Clube de moradores, praças municipais, conselhos municipais, diretoriais de entidades, etc.).	2026/2028	CMDPD e toda a rede de atendimento municipal
09	Destinar dentro os órgãos públicos vagas de estágio para as pessoas com deficiência.	2026/2028	Poder executivo, legislativo e toda a rede de atendimento
10	Assegurar capacitação para a Rede de Atendimento voltado a pessoas com deficiência, bem como fortalecer a discussão entre os profissionais de Assistência Social, Saúde, Educação e Esporte para o atendimento e diagnóstico das diversas deficiências no âmbito do município.	2026/2028	Secretaria Municipal de Educação / Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família / Secretaria Municipal de Esporte / Secretaria Municipal de Saúde-CMDPD

EIXO 03 – ACESSIBILIDADE E TECNOLOGIA ASSISTIVA			
	Ações	Prazo	Responsáveis
01	Reivindicar junto ao Poder Público e à Associação Comercial e Industrial de Jussara – ACEUS o cumprimento do que rege a ANNT quanto às normas de acessibilidade para Pessoa com Deficiência em instituições públicas e privadas do Município, com ações de conscientização a respeito.	2025/2027	CMDPD

02	Fiscalizar pessoas físicas e jurídicas que dificultam a passagem e acessibilidade da Pessoa com Deficiência no que diz respeito às vias públicas, conforme estabelecido no Plano Diretor Municipal e nas Normas da ABNT.	2025/2027	Departamento de Tributação
03	Adaptar espaços físicos para garantir acessibilidade em calçadas e estabelecimentos públicos e privados, além de interagir a fiscalização do cumprimento das leis de acessibilidade em setores públicos, privados e vias públicas, conforme estabelecido no Plano Diretor Municipal e nas Normas da ABNT, garantindo também acessibilidade arquitetônica, conforme, NBR 9050 nos projetos aprovados e executados pelo governo municipal, estadual e federal.	2025/2027	Poder Executivo e Poder Legislativo/CMDPD
04	Ampliação e Adaptação dos Centros de Recreação Municipais (Esporte, Cultura e Lazer) para Pessoas com Deficiência	2025/2027	Administração Municipal/ CMDPD
05	Garantir Transporte acessível com elevador para pessoas com deficiência nos ônibus escolares e outros meios de transporte utilizados pela prefeitura do município	2026/2028	Administração Municipal/ CMDPD

EIXO 04 - PROMOÇÃO DIREITO À EDUCAÇÃO, À ASSISTÊNCIA SOCIAL, À SAÚDE, E AOS DEMAIS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS			
	Ações	Prazo	Responsáveis
01	Reforçar campanhas comunitárias voltadas à promoção da saúde e à prevenção de deficiências, por meio da conscientização sobre os cuidados essenciais durante a gestação (pré-natal e exames de rotina), no desenvolvimento do bebê (antes do parto, recém-nascido, o bebê e linguagem) e no acompanhamento da primeira infância.	2026/2028	Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família / Secretaria Municipal de Saúde/CMDPD

02	Manter e ampliar a infraestrutura e garantir composição de equipe técnica nos serviços prestados à Pessoa com Deficiência no que se refere à política de assistência social, saúde, educação e esporte.	2026/2028	Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo / Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família / Secretaria Municipal de Esporte e Lazer / Secretaria Municipal de Saúde
03	Promover encontros para pessoas com deficiência e suas famílias nos territórios de abrangência, vinculados aos grupos do PAIF/CRAS, oferecendo orientações específicas sobre as demandas apresentadas, fortalecendo o apoio sociofamiliar e a inclusão social.	2026/2028	Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família
04	Realizar diagnóstico para estruturar a garantia ao direito à educação básica de estudantes da rede municipal com deficiência intelectual.	2026/2028	Secretaria Municipal de Educação
05	Modernizar os pontos clínicos com senha luminosa e sonora para atendimento nos postos de saúde, ambulatórios e centros.	2026/2028	Secretaria Municipal de Saúde
06	Assegurar o atendimento adequado a crianças e adolescentes com deficiência no âmbito municipal, seja por meio de parcerias ou pela gestão direta do município, garantindo acesso a serviços especializados e inclusivos.	2026/2028	Secretaria Municipal de Saúde / Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo
07	Desenvolver e implementar programas e projetos voltados às necessidades da pessoa com deficiência em todas as áreas da administração pública municipal direta e indireta.	2026/2028	Administração Pública
08	Garantir o acesso seguro e confortável de estudantes com deficiência às instituições de ensino, promovendo sua autonomia, por meio de um levantamento das necessidades de transporte e adequações para garantir a acessibilidade progressivamente, bem como o estabelecimento de parcerias com empresas privadas.	2026/2028	Secretaria Municipal de Educação

09	Realizar um diagnóstico abrangente para mapear as pessoas com deficiência no município, identificando os diferentes tipos de deficiência e suas necessidades específicas.	2026/2028	Secretaria Municipal de Saúde / Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família / Secretaria Municipal de Educação.
10	Garantir a contratação de profissionais em Comunicações de Libras para atuarem nos setores públicos municipais, conforme dados levantados no diagnóstico.	2026/2028	Administração Pública
11	Garantir a continuidade da oferta do Serviço de Proteção Social Especial de média complexidade para pessoas com deficiência e suas famílias, executado pela APAE.	2026/2028	Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família
12	Desenvolver a campanha do Dia Municipal de Luta da Pessoa com Deficiência no mês de agosto.	2026/2028	Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família e Entidades da Sociedade Civil Organizada.
13	Garantir o atendimento adequado às pessoas com deficiência vítimas de violência na rede intersectorial.	2026/2028	Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Secretaria Municipais e entidades da Organização Civil Organizada
14	Garantir a prioridade no atendimento às pessoas com deficiência nos serviços do SUS, respeitada a prioridade clínica.	2026/2028	Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Secretaria Municipal de Saúde
15	Otimizar e ampliar a capacidade de atendimento de especialidades como fonoaudiologia, fisioterapia e psicologia ofertadas pelo município.	2026/2028	Poder Executivo / Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Secretaria Municipal de Saúde
16	Buscar financiamento junto aos governos federal e estadual para o atendimento especializado a Pessoas Deficientes no SUS, fortalecendo a atenção especializada para este segmento da população.	2026/2028	Poder Executivo / Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Secretaria Municipal de Saúde

12. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A construção do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência é um documento que deve ser compreendido não como estático e impositivo, mas como uma construção coletiva que evolui conforme as necessidades da comunidade. Para garantir sua eficácia, o plano necessita de acompanhamento constante e de um rigoroso processo de monitoramento, que possibilite a avaliação de seu impacto e relevância ao longo do tempo.

Foram definidos indicadores específicos para cada ação prevista, estabelecendo também os períodos em que essas ações devem ser observadas e revisadas.

Com um horizonte de execução estabelecido para quatro anos, o plano será monitorado regularmente, a cada seis meses e reescrito em 2028. O processo de monitoramento incluirá elaboração de relatórios semestrais, onde serão avaliados os progressos das ações e a necessidades de eventuais ajustes.

Além disso, ao final do período de quatro anos, será realizada uma avaliação abrangente que considerará não apenas os indicadores de resultado previstos para cada ação, mas também aspectos qualitativos e indicadores de impacto que reflitam as mudanças proporcionadas pelo plano. Este processo ajudará a capturar e analisar de forma mais profunda os efeitos das políticas implementadas.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente documento apresentado oferece uma análise sobre a situação das pessoas com deficiência no município de Jussara. Elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família, em parceria com o Comitê Interinstitucional de Elaboração, Implementação e acompanhamento do Plano, com Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD), o plano objetiva traçar diretrizes e ações estratégicas que promovam a inclusão social e a acessibilidade para as pessoas com deficiência.

O plano ressalta a importância da autonomia e da autodeterminação das pessoas com deficiência, sublinhando que a sociedade e o poder público devem criar condições que possibilitem a essas pessoas tomarem decisões sobre suas vidas de maneira independente. Nesse contexto, o empoderamento é identificado como um elemento crucial para assegurar a plena participação dessas pessoas na sociedade.

As diretrizes municipais estabelecidas no documento demonstram o compromisso do município em assegurar os direitos das pessoas com deficiência, em conformidade com o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Contudo, o plano também reconhece desafios

significativos na implementação de políticas públicas, especialmente devido à carência de dados abrangentes e comparáveis sobre a população com deficiência. A ausência de estudos detalhados e a dificuldade em obter informações precisas sobre acessibilidade arquitetônica e informacional são apontadas como barreiras substanciais a serem superadas.

Uma ferramenta vital mencionada no plano é o Cadastro Único (CadÚnico), utilizado para identificar e caracterizar socioeconomicamente as famílias de baixa renda, facilitando a inclusão dessas pessoas em programas sociais. Dados específicos do município de Jussara indicam a existência de um número significativo de famílias cadastradas que necessitam de apoio governamental, sublinhando a importância de políticas públicas eficazes e direcionadas. O documento também aborda a inclusão social, destacando que, apesar das políticas voltadas à inclusão educacional, financeira e produtiva, ainda persistem incertezas sobre a eficácia dessas políticas devido à ausência de dados atualizados sobre a demanda real e sua absorção nos municípios.

Além disso, o plano cita diversas referências legislativas, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, demonstrando a base legal sobre a qual se fundamentam as ações e políticas propostas. Essas referências incluem leis e decretos que visam assegurar os direitos das pessoas com deficiência e promover a eliminação de barreiras que possam impedir o pleno exercício da cidadania e a participação ativa dessas pessoas na sociedade.

Em suma, o "Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Jussara - 2025/2028" apresenta uma análise da situação das pessoas com deficiência no município, destacando tanto os avanços quanto os desafios ainda presentes. As políticas e diretrizes propostas visam promover a inclusão e o empoderamento das pessoas com deficiência, embora a implementação eficaz dessas políticas dependa de uma melhor coleta e análise de dados. O plano representa um avanço significativo na busca por uma sociedade mais inclusiva e equitativa, onde todos os cidadãos, independentemente de suas capacidades, possam exercer plenamente seus direitos e participar ativamente da vida comunitária.

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL., Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil Brasília-DF Senado, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 15 de agosto de 2025.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em 20 de abril de 2025;

_____. Lei Brasileira de Inclusão - LBI 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/5/lei/113146.htm> Acesso em: 15 de agosto de 2025.

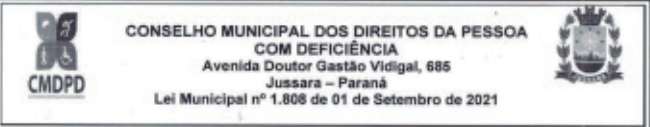
_____. Estatuto da Pessoa com Deficiência.

_____. Plano Viver sem Limite. Disponível em: < https://www.gov.br/brasilmo/pb-br/centrais-de-contedo-publicacoes/brasilmo-acesso/Cartilha_Plano_Viver_sem_Limite.pdf> Acesso em: 15 de agosto de 2025.

_____. CECAD. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php > Acesso em 15 de agosto de 2025.

_____. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Assistência Social, 2000 (reimpressão 2014).

Protocolo de Atendimento dos Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Básica. Jussara - Paraná, 2024.



RESOLUÇÃO Nº 003/2025

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE 2025 A 2028 DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência do município de Jussara, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.808/2021 e;

CONSIDERANDO a deliberação da plenária ocorrida em 25 de setembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência para o período de 2025 a 2028 referente ao município de Jussara, Estado do Paraná.

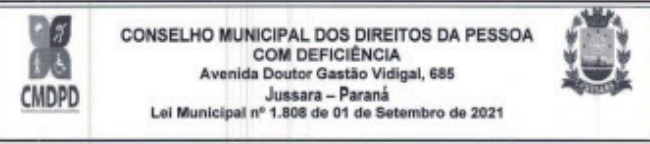
Art. 2º - O plano Municipal aprovado no artigo anterior deverá ser avaliado pelo Órgão Gestor e pelo Comitê Interinstitucional de Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano e por este Conselho Municipal anualmente para que sejam realizadas as atualizações necessárias, caso haja necessidade.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jussara, 25 de setembro de 2025

CELSO EVARISTO DA COSTA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência



RESOLUÇÃO Nº 004/2025

SÚMULA: Dispõe sobre o Registro de Entidades Governamentais e Não Governamentais e da Inscrição de Programas de Proteção e Socioeducativo das Entidades Governamentais e Não Governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providências.

O (A) Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPC, no uso de atribuições legais e considerando que:

• O artigo 4º do Estatuto da Pessoa com Deficiência assegura que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Resolução com critérios e procedimentos para solicitação de Registro das Entidades Governamentais e Não Governamentais no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Jussara/PR, na forma adiante descrita;

Art. 2º - Estabelecer os parâmetros municipais para Cadastro das entidades Governamentais e Não Governamentais para Pessoa com Deficiência no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com deficiência - CMDPD do Município de Jussara/PR;

Art. 3º - Poderão solicitar o registro as entidades Governamentais e Não Governamentais que desenvolvam atividades voltadas às pessoas com deficiência, na forma de seu Estatuto.

Art. 4º - As Entidades Não Governamentais deverão apresentar no ato do cadastro os seguintes documentos:

I - Ofício de Solicitação de encaminhamento do cadastro, endereçado ao Presidente do CMDPD, a ser protocolado na Secretaria Executiva do Conselho;
II - Cópia do Estatuto Social registrado em cartório;
III - Ata da eleição e posse da atual diretoria;
IV - Cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
V - Alvará de Funcionamento;
VI - Laudo do Corpo de Bombeiros;
VII - Laudo da Vigilância Sanitária;
VIII – Certificado de Regularidade;
IX – Cópia do Balanço Patrimonial e Demonstração Financeira do exercício anterior;

X – Relação de funcionários e pessoas inscritas ou envolvidas nos programas, inclusive voluntários;
XI – Certidão de FGTS e INSS;
XII – Plano de Trabalho da Entidade;
XIII – Relatório de atividades realizadas no ano anterior.

Art. 5º - As entidades Governamentais deverão apresentar os seguintes documentos:

I - Ofício de Solicitação de encaminhamento do cadastro, endereçado ao Presidente do CMDPD, a ser protocolado na Secretaria Executiva do Conselho;
II - Plano de Trabalho
III - Atestado de Funcionamento do Corpo de Bombeiros
IV - Alvará Sanitário
V - Alvará de localização e funcionamento
VI - Programas em desenvolvimento no ario vigente,
VII - Relação de funcionários e pessoas inscritas ou envolvidas em programas, inclusive voluntários.

Art. 6º - Após a análise e aprovação da documentação apresentada, o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, realizará visita à Entidade solicitante e emitirá parecer para deliberação em plenário;

Art. 7º - O prazo de validade do registro concedido será de 02 (dois) anos, a contar da aprovação, devendo este ser sempre renovado para a manutenção da regularização do registro;

Art. 8º - Ficam as entidades inscritas no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência incumbida da obrigação de comunicar formalmente o conselho a extinção ou mudança da finalidade de suas atividades;

Art. 9º - As Entidades Não Governamentais deverão apresentar no ato da renovação do Atestado de inscrição os seguintes documentos:

- Plano de Trabalho da Entidade;
- Relatório de atividades realizadas no ano anterior.

Art. 10 - A renovação das entidades será divulgada em reunião ordinária, oportunidade em que o membro do conselho fará a avaliação fundamentará da sua decisão;

Art. 11 - Em caso de interrupção de serviços, a entidade deverá comunicar o Conselho, apresentar a motivação, as alternativas e as perspectivas para atendimento do usuário, bem como o prazo para a retomada dos serviços;

Art. 12 - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência realizará a avaliação dos cadastros das entidades, conforme o artigo 2º desta resolução;

Art. 13 - O prazo de entrega dos documentos previstos no art. 4º, para a realização do primeiro cadastro no Conselho, será de 30 dias corridos após o recebimento de ciência pela entidade, por meio de ofício encaminhado pela Presidência do CMDPD;

Parágrafo Único: Caso necessite de prorrogação de prazo, deverá ser solicitado via protocolo ao CMDPD, acompanhada da justificativa para a dilação do prazo, podendo este ser prorrogado quantas vezes se fizerem necessárias, por 30 dias úteis após a aprovação da prorrogação;

Art. 14 - A entrega dos documentos deverá ser feita para a Secretária Executiva do CMDPD, podendo ainda ser encaminhada via e-mail, oportunidade em que será gerado um número de protocolo, cuja responsabilidade e zelo pertencem à entidade que busca o cadastro;

Art. 15 - A qualquer tempo a entidade poderá atualizar os dados do cadastro;

Art. 16 - A cassação do Registro das Entidades correrá nas seguintes hipóteses:

I – A não observância dos critérios estabelecidos por esta resolução;
II – Mediante denúncia fundamentada e comprovada acerca de irregularidades da Entidade ou instituição;
III – Deixar de oferecer o programa que motivou o registro junto ao presente conselho;
IV – Não renovar seu cadastro no tempo determinado no artigo 7º desta resolução;

Parágrafo Único: Os procedimentos para a cassação do Registro das Entidades serão deliberados em plenário do CMDPD em no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o oferecimento da denúncia, podendo ser aprovado por maioria simples, sendo os votos favoráveis ou contra devidamente justificados, constando em ata a deliberação e decisão final;

Art. 17 - A cassação do Registro das Entidades ocorrerá mediante o seguinte procedimento:
I – Avaliação da denúncia pela Plenária do Conselho que deliberou o Registro e Inscrição;
II – Abertura de 30 (trinta) dias de prazo para defesa da Entidade ou instituição, que deverá nesse período comprovar a irregularidade da denúncia;
III – Durante a análise da denúncia, ficarão suspensos quaisquer repasses à Entidade a Instituição;

Parágrafo Único: Se comprovada a falsidade da denúncia ou regularização de eventual impedimento, ao final do procedimento, receberá a entidade toda a verba que deixou de ser repassada durante o trâmite do processo, devidamente atualizado;

Art. 18 - A Entidade cadastrada neste conselho deverá respeitar e promover os direitos das Pessoas com Deficiência, conforme Estatuto da Pessoa com Deficiência, considerando os aspectos de desenvolvimento de acordo com as necessidades dos usuários, preponderando à função socioeducativa da entidade;

Art. 19 - Os casos não previstos nesta Resolução serão apreciados e decididos pelo Pleno do CMDPD;

Art. 20 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Resolução 001/2025, de 10/06/2025.

Jussara, 25 de setembro de 2025

Celso Evaristo da Costa

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência



DECRETO 7239/2025

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

O Prefeito do Município de Jussara - Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente no contido na Lei Municipal n.º 1.967 de 19/12/2024.

DECRETA

Art. 1º – Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Jussara - JUSSARAPREV, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 8.110,00 (oito mil cento e dez reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Des	Org	Unid	Funcional Progr	Fonte	Nomenclatura	Cat. Eco	Valor
4	15	002	412200252049	100	Manutenção Administrativa do JUSSARAPREV	3.3.90.14	1.141,00
9	15	002	412200252049	100	Manutenção Administrativa do JUSSARAPREV	3.3.90.39	5.000,00
11	15	002	412200252049	100	Manutenção Administrativa do JUSSARAPREV	3.3.90.46	604,00
16	15	002	412200252049	100	Manutenção Administrativa do JUSSARAPREV	4.4.90.52	1.365,00
TOTAL							8.110,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos oriundos do cancelamento parcial e ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Des	Org	Unid	Funcional Progr	Fonte	Nomenclatura	Cat. Eco	Valor
6	15	002	412200252049	100	Manutenção Administrativa do JUSSARAPREV	3.3.90.33	4.000,00
8	15	002	412200252049	100	Manutenção Administrativa do JUSSARAPREV	3.3.90.36	4.110,00
TOTAL							8.110,00

Art. 3º - Fica o Executivo Municipal autorizado, a alterar as referidas dotações orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual – LOA/2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/ 2025 e no Plano Plurianual – PPA 2022/2025.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Romildo Rufato

Jussara, 24 de setembro de 2025.

Original assinado

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
Prefeito Municipal



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 119-2025

O Município de Jussara, através da divisão de Licitação, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preço realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico SRP sob nº 052-2025. Homologado em 23-09-2025.

Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA A SEREM DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Prazo da ata de Registro de Preço: 12 meses a partir da sua assinatura.

Fornecedor: AL 5 COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 34.385.369/0002-01

Valor total: R\$ 24.595,86 (vinte e quatro mil, quinhentos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos).

Paço Municipal, 25 de setembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 121-2025

O Município de Jussara, através da divisão de Licitação, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preço realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico SRP sob nº 052-2025. Homologado em 23-09-2025.

Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA A SEREM DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Prazo da ata de Registro de Preço: 12 meses a partir da sua assinatura.

Fornecedor: CASA DESIGN DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 25.437.877/0001-50

Valor total: R\$ 7.422,50 (sete mil, quatrocentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos).

Paço Municipal, 25 de setembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 122-2025

O Município de Jussara, através da divisão de Licitação, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preço realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico SRP sob nº 052-2025. Homologado em 23-09-2025.

Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA A SEREM DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Prazo da ata de Registro de Preço: 12 meses a partir da sua assinatura.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 123 -2025

O Município de Jussara, através da divisão de Licitações, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preço realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico SRP sob nº 052-2025. Homologado em 23-09-2025.

Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA A SEREM DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Prazo da ata de Registro de Preço: 12 meses a partir da sua assinatura.

Fornecedor: GRUPONEXA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 54.662.687/0001-50

Valor total: R\$ 29.933,48 (vinte e nove mil, novecentos e trinta e três reais e quarenta e oito centavos).

Paço Municipal, 25 de setembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 118 -2025

O Município de Jussara, através da divisão de Licitações, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preço realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico SRP sob nº 052-2025. Homologado em 23-09-2025.

Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA A SEREM DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Prazo da ata de Registro de Preço: 12 meses a partir da sua assinatura.

Fornecedor: M M & TEIXEIRA LTDA CNPJ: 39.481.277/0001-19

Valor total: R\$ 5.930,00 (cinco mil, novecentos e trinta reais).

Paço Municipal, 25 de setembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212

RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 97/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2025

CONTRATO Nº 103/2025

O presente processo trata do Contrato Administrativo nº 103/2025, celebrado entre o Município de Jussara e a empresa CHAGAS EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 49.834.549/0001-70, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE ESTRUTURA COMPLETA CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO, PARA FESTIVIDADES DA PARÓQUIA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, DO MUNICÍPIO DE JUSSARA.

Diante do exposto, **DECLARO RESCINDIDO, BILATERALMENTE**, o Contrato Administrativo nº 103/2025, firmado entre o Município de Jussara e a empresa CHAGAS EVENTOS LTDA, com fundamento nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/21.

Publique-se, notifique-se a contratada e cumpra-se:

Jussara, 23 de setembro de 2025.

Moacir Luiz Pereira Valentini
Prefeito Municipal

CHAGAS EVENTOS LTDA
CARLOS CHAGAS

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 120 -2025

O Município de Jussara, através da divisão de Licitações, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preço realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico SRP sob nº 052-2025. Homologado em 23-09-2025.

Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA A SEREM DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Prazo da ata de Registro de Preço: 12 meses a partir da sua assinatura.

Fornecedor: B. A. GOLDIN- PAPELARIA, CNPJ nº 30.015.601/0001-21

Valor total: R\$5 50.351,00 (cinquenta mil, trezentos e cinquenta e um reais).

Paço Municipal, 25 de setembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 126 -2025

O Município de Jussara, através da divisão de Licitações, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preço realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico SRP sob nº 052-2025. Homologado em 23-09-2025.

Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA A SEREM DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Prazo da ata de Registro de Preço: 12 meses a partir da sua assinatura.

Fornecedor: JA CAMPITELLI LTDA, CNPJ nº 59.400.066/0001-11

Valor total: R\$ 113.655,69 (cento e treze mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e nove centavos).

Paço Municipal, 25 de setembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, através do presente, convoca a pessoa abaixo relacionada para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, para fins de providenciar a documentação necessária para nomeação, tendo em vista a aprovação no Concurso Público, realizado em 08 de janeiro de 2023, de acordo com o Edital nº 01/2022 de 22 de novembro de 2022.

O não Comparecimento no prazo de 05 (Cinco) dias úteis contados a partir da data de Publicação deste Edital, implicará na desclassificação automática do candidato.

Nome :	Classificação
SUELLEN BARROSO BITENCOURT	5º LUGAR

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO
Jussara – Pr., 25 de setembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 302/2025

O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

D E T E R M I N A R – A servidora Pública Municipal Senhora DIANA DE PAULA ALCANTARA DA SILVA CATORE, ocupante do cargo de Professor 20 horas, tendo em vista que a mesma está impossibilitada de exercer as funções de seu cargo, conforme atestado médico apresentado e homologado por junta médica do município, considerando ainda os dispositivos contidos no Artigo 36, da Lei Municipal nº 1.710/2019 de 30/10/2019, resolve determinar que a servidora, a partir da data de 22 de setembro de 2025 e por tempo indeterminado, desempenhe atividades compatíveis com seu estado de saúde na – Escola Municipal Julia Alves Soares.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO
Aos 19 de setembro de 2025.

Moacir Luiz Pereira Valentini
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 300/2025

RESOLVE:

C O N C E D E R – Aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, Férias Regulamentares, conforme dispõe o Artigo 77 do Regime Jurídico Único, Lei Municipal nº 1.710/19.

ADRIELLE BATISTA VIEIRA DE MATTOS – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 06/04/2024 a 05/04/2025, com o período de concessão para 10/10/2025 a 08/11/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11391/25.

ALCIDES FRANCISCO LARA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/07/2024 a 30/06/2025, com o período de concessão para 06/10/2025 a 04/11/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11387/25.

ALESSANDRO SCHIERI LEAO – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 03/12/2023 a 02/12/2024, com o período de concessão para 20/10/2025 a 08/11/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11369/25.

CAROLINE RODRIGUES LYRA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/05/2023 a 01/05/2024, com o período de concessão para 20/09/2025 a 08/10/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11394/25.

CASSIA DANIELE PAULO – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/05/2024 a 01/05/2025, com o período de concessão para 06/10/2025 a 15/10/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11389/25.

CLAUDECIR PEREIRA DOS SANTOS – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/04/2024 a 01/04/2025, com o período de concessão para 26/09/2025 a 05/10/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11385/25.

EDER CARLOS GIROTO – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 12/11/2023 a 11/11/2024, com o período de concessão para 04/09/2025 a 13/09/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11372/25.

ELZA PAVELOSKI RANZONI – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 14/01/2024 a 13/01/2025, com o período de concessão para 04/09/2025 a 18/09/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11388/25.

FRANCELE CRISTINA FANHANI CASARIN – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/11/2023 a 31/10/2024, com o período de concessão para 01/10/2025 a 30/10/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11374/25.

JESSICA COSTA PRADO DOS SANTOS – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 07/08/2024 a 06/08/2025, com o período de concessão para 11/09/2025 a 10/10/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11375/25.

JOSE OSVALDO BAZARIN – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/01/2024 a 31/12/2024, com o período de concessão para 08/09/2025 a 07/10/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11377/25.

JOSUE VIEIRA DOS SANTOS – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/04/2024 a 31/03/2025, com o período de concessão para 13/10/2025 a 27/10/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11378/25.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO
Aos 19 de setembro de 2025.

Moacir Luiz Pereira Valentini
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 125 -2025

O Município de Jussara, através da divisão de Licitações, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preço realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico SRP sob nº 052-2025. Homologado em 23-09-2025.

Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA A SEREM DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Prazo da ata de Registro de Preço: 12 meses a partir da sua assinatura.

Fornecedor: ICONDATA EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ nº 61.430.508/0001-14

Valor total: R\$ 37.480,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e oitenta reais).

Paço Municipal, 25 de setembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 127 -2025

O Município de Jussara, através da divisão de Licitações, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preço realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico SRP sob nº 052-2025. Homologado em 23-09-2025.

Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA A SEREM DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Prazo da ata de Registro de Preço: 12 meses a partir da sua assinatura.

Fornecedor: V3 ELETRONICOS E MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA, CNPJ nº 05.060.654/0001-24

Valor total: \$ 60.859,07 (sessenta mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e sete centavos).

Paço Municipal, 25 de setembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 124 -2025

O Município de Jussara, através da divisão de Licitações, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preço realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico SRP sob nº 052-2025. Homologado em 23-09-2025.

Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA A SEREM DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Prazo da ata de Registro de Preço: 12 meses a partir da sua assinatura.

Fornecedor: L. L. MENDES JUNIOR EIRELI ME, CNPJ nº 17.184.211/0001-24

Valor total: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Paço Municipal, 25 de setembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212

AVISO DE EDITAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66-2025 – PMJ

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de JUSSARA/PR torna público para conhecimento dos interessados, a realização de Licitação no dia **08 de outubro de 2025, às 09:00 hrs, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP – VIA SITE – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC – https://www.bnc.org.br (acesso identificado)**, conforme abaixo relacionado:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS (02 CAMINHÕES BASCULANTES), CONFORME CONVÊNIO Nº197/2025 SOB O PROTOCOLO Nº 23.789.948-2 – SEAB.

Valor Global Máximo Estimado: R\$ 1.681.500,00 (UM MILHÃO, SEISCENTOS E OITENTA E UM MIL E QUINHENTOS REAIS).

A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço Av. Princesa Isabel, nº 320, prédio da Prefeitura Municipal de Jussara, no horário das 08:30 hrs às 11:30 hrs e das 13:30 hrs às 17:00 hrs. A retirada do edital deve ser feita no mesmo endereço e horários supracitados, podendo ainda ser acessado pelo site www.jussara.pr.gov.br, link Portal da Transparência. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos ao Núcleo de Apoio à Comissão Permanente de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo telefone/fax (44) 3628-1212, ou “e-mail”: licitacao@jussara.pr.gov.br.

Paço Municipal de Jussara, em 25 de setembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 301/2025

RESOLVE:

C O N C E D E R – Aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, Férias Regulamentares, conforme dispõe o Artigo 77 do Regime Jurídico Único, Lei Municipal nº 1.710/19.

JUCELINA RODRIGUES DELAPRIA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 15/02/2023 a 14/02/2024, com o período de concessão para 01/09/2025 a 30/09/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11369/25.

LARISSA CRISTINA LUDERS GONSALES – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/05/2024 a 01/05/2025, com o período de concessão para 21/10/2025 a 30/10/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11158/25.

LUZIA APARECIDA DE OLIVEIRA BARRETO – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 04/03/2024 a 03/03/2025, com o período de concessão para 21/10/2025 a 11/11/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11393/25.

MARIA APARECIDA SANTOS – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 25/09/2024 a 22/09/2024, com o período de concessão para 04/09/2025 a 03/10/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11498/25.

MARIA DE FATIMA ROGERIO FERREIRA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/04/2024 a 31/03/2025, com o período de concessão para 29/09/2025 a 13/10/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11379/25.

PERICLES JADER PEREIRA DE SOUZA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/04/2023 a 31/03/2024, com o período de concessão para 01/10/2025 a 10/10/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11384/25.

SABRINA CAROLINE DOS SANTOS MORE – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 07/08/2024 a 06/08/2025, com o período de concessão para 08/10/2025 a 17/10/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11384/25.

SANDRA REGINA DE MELO SANTOS – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 12/06/2023 a 11/06/2024, com o período de concessão para 06/10/2025 a 20/10/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11391/25.

TAYZA MIERIAN DOS SANTOS – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 03/08/2024 a 02/08/2025, com o período de concessão para 02/09/2025 a 16/09/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11371/25.

TEREZA APARECIDA DE ARAUJO VIANA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 05/10/2024 a 02/10/2025, com o período de concessão para 16/10/2025 a 14/11/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11392/25.


VANESSA MILENA BACON MENEGUIN – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/08/2024 a 31/07/2025, com o período de concessão para 06/10/2025 a 15/10/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11390/25.


VANESSA DE SA ROMAGNOLI – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/03/2024 a 28/02/2025, com o período de concessão para 13/10/2025 a 27/10/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11396/25.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO
Aos 19 de setembro de 2025.

Moacir Luiz Pereira Valentini
PREFEITO MUNICIPAL



<div><div>MUNICÍPIO DE JUSSARA PODER EXECUTIVO ESTADO DO PARANÁ RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO 2025/BIMESTRE JULHO-AGOSTO</div></div>									
RREO - ANEXO 8 (LRF, art. 10, III)									
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
						até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS (I)				4.337.600,00	4.337.600,00	3.933.379,39	90,68		
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU				964.712,00	964.712,00	836.438,66	86,70		
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão de Bens - ITBI				407.395,00	407.395,00	261.480,61	64,18		
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS				1.439.430,00	1.439.430,00	900.406,31	62,52		
Receita Resultante do Imposto sobre Rendimentos de Qualquer Natureza - IRPF				1.266.063,00	1.266.063,00	1.864.038,72	147,22		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				42.221.908,79	42.221.908,79	26.836.760,99	63,56		
Cota-Parte FPM				17.985.210,00	17.985.210,00	13.798.470,49	76,74		
Cota-Parte ICMS				999.900,00	999.900,00	13.663,00	1,37		
Cota-Parte IPVA				1.110.400,79	1.110.400,79	1.382.630,62	124,99		
Cota-Parte ICMS				22.109.100,00	22.109.100,00	12.176.669,14	55,10		
Cota-Parte FPM Especial				297.790,00	297.790,00	181.499,12	61,02		
Outras Transferências em Compensação Financeira Previdenciária de Impostos e Transferências				0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)				46.559.508,79	46.559.508,79	38.791.912,96	83,34		
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - FÓRMULA ORÇAMENTÁRIA									
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	Até o Bimestre (c)	% (c/a)*100	Até o Bimestre (d)	% (d/a)*100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)		8.300.491,82	8.312.780,38	8.322.804,34	79,68	8.797.923,11	104,75	8.683.840,92	103,40
Despesas Correntes		8.300.491,82	8.312.780,38	8.322.804,34	79,68	8.797.923,11	104,75	8.683.840,92	103,40
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)		3.606.323,14	3.679.188,89	2.887.287,79	67,63	2.887.287,79	67,63	2.219.134,36	60,32
Despesas Correntes		3.606.323,14	3.606.323,14	2.887.287,79	67,63	2.887.287,79	67,63	2.219.134,36	60,32
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPPORTO PROFISSIONAL E TERAPÊUTICO (VI)		268.954,14	268.954,14	268.954,14	76,26	60.911,78	21,81	60.911,78	21,81
Despesas Correntes		268.954,14	268.954,14	268.954,14	76,26	60.911,78	21,81	60.911,78	21,81
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)		276.780,00	276.780,00	38.484,10	60,76	38.484,10	47,49	29.311,00	41,72
Despesas Correntes		276.780,00	276.780,00	38.484,10	60,76	38.484,10	47,49	29.311,00	41,72
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)		10.449,00	11.189,66	17.194,00	60,76	18.484,10	47,49	18.484,10	47,49
Despesas Correntes		10.449,00	11.189,66	17.194,00	60,76	18.484,10	47,49	18.484,10	47,49
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)		864.831,00	1.388.675,27	833.920,64	77,37	833.920,64	76,37	833.737,41	75,49
Despesas Correntes		864.831,00	1.388.675,27	833.920,64	77,37	833.920,64	76,37	833.737,41	75,49
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (IX) + (X)		13.652.578,00	14.827.008,27	8.689.913,27	79,47	9.286.702,31	68,72	8.914.632,96	63,29
CONTROLE DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS									
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS		DESPESAS EMPENHADAS (a)		DESPESAS LIQUIDADAS (b)		DESPESAS PAGAS (c)			
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS (XI) = (X)		8.689.913,27		9.286.702,31		8.914.632,96			
(-) RESTO A PAGAR NÃO PROCESSADO INSCRITO EM EXERCÍCIO ANTERIOR		91.400,31		91.400,31		91.400,31			
(-) DESPESAS CANCELADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELAS DO PRINCIPAL MÍNIMO QUE NÃO FORAM APLICADAS EM ASPS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XIV)		0,00		0,00		0,00			
(-) DESPESAS CANCELADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AO RESTO A PAGAR CANCELADO (XV)		0,00		0,00		0,00			
(a) VALOR APLICADO EM ASPS (XII) = (XI) - (XIV) - (XV)		8.598.512,96		9.195.302,00		8.823.232,65			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XIII) = (XII) X 15% (ALÍQUOTA MUNICIPAL)		0,00		0,00		0,00			
DESPESA MÍNIMA									



MUNICÍPIO DE JUSSARA

ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2.025/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

REDO – Anexo II (REF. Art. 52, inciso II, alínea “C”)

R\$ 1,00

Função/Subfunção	Dólar		Despesas Empenhadas				Saldo		Despesas Liquidadas				Saldo
	Inicial	Atualizada (a)	No Período	Até o Período (b)	%	Atualiz.	(c) = (a-b)		No Período	Até o Período (d)	%	Atualiz.	(e) = (a-d)
DESPESAS CORRENTES	37.860.276,46	71.317.071,74	10.208.906,00	41.602.688,00	58,34	297.612.500,00	297.612.500,00		13.911.868,00	30.223.688,00	92,00	33.112.688,00	33.112.688,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.433.000,00	3.410.000,00	200.000,00	820.637,12	1,95	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação de recursos	1.433.000,00	3.410.000,00	200.000,00	820.637,12	1,95	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	236.040,00	231.636,24	40.000,00	40.000,00	0,04	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação de recursos	236.040,00	231.636,24	40.000,00	40.000,00	0,04	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

[illegible]MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI DENIZE MONTEIRO SANTOS ARAUJO

</



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
R. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
CNPJ: 04.122.007/2016
CNPJ: 75.789.552/0001-20



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PORTARIA Nº 304/2025.

O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:


Art. 1º - De Acordo com o Plano de Cargos, Carreira e Salários do Magistério Público do Município de Jussara, Lei Municipal nº 990/2006, artigo 59, constituir Comissão Especial para a Avaliação da Progressão Funcional do Avanço Horizontal da Escola Municipal Júlia Alves Soares – Ensino Fundamental, por Merecimento e Capacitação Profissional e Comissão de Avaliação do Estágio Probatório conforme a Lei Municipal nº 990/2006, Artigo 36, e conforme parágrafo 4º do Artigo 41 da Constituição Federal, assim composta:

Presidente: GILVANA OLÍVIA VOLPATO DE MELO
Membros: DAISY IARA PEREIRA DOS SANTOS
MARCIA REGINA FANHANI DA SILVA
JULIANA MANRIQUE TONDAITI


Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor nesta data, revogando-se a portaria nº 070/2025 de 26 de fevereiro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO
Aos 23 de setembro de 2025 -


MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
R. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
CNPJ: 04.122.007/2016
CNPJ: 75.789.552/0001-20



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA
CNPJ: 75.789.552/0001-20

DECRETO Nº 7.235/2025

Institui O Comitê Municipal de Gestão Intersetorial das Políticas Públicas para A Primeira Infância

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, Prefeito Municipal de Jussara do Estado do Paraná, no uso de suas contribuições legais que confere o art. 160 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Municipal de Gestão Intersetorial das Políticas Públicas para a Primeira Infância de Jussara, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 13.257, de 08 de Março de 2016 - Marco Legal da Primeira Infância.

Parágrafo único. O Comitê a que se refere o caput possui caráter estratégico e está vinculado ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º São objetivos do Comitê Municipal de Gestão Intersetorial das Políticas Públicas para a Primeira Infância:

I – Elaborar o Plano Municipal pela Primeira Infância de forma integrada, por meio da conjugação de esforços entre todos os seus integrantes, observadas as diretrizes para a elaboração e implementação das políticas pela primeira infância estabelecidas pelo art. 4º da Lei Federal nº 1.257, de 08 de Março de 2016 - Marco Legal da Primeira Infância e em consonância com o Plano Nacional pela Primeira 2020-2030.

II- Assegurar a articulação das ações voltadas à proteção e à promoção dos direitos da criança no âmbito do município, garantida a participação social por meio dos conselhos de direitos e representantes de entidades da sociedade civil.

III – Promover ações que concorram para a construção de uma cultura da intersetorialidade e da complementaridade das ações voltadas à proteção integral da criança, sua promoção e participação nos termos da Lei Federal nº 13.257, de 08 de Março de 2016 - Marco Legal da Primeira Infância.

IV – Acompanhar e avaliar a execução de políticas públicas voltadas à primeira infância, bem como do Plano Municipal pela Primeira Infância;

V – Atuar, em regime de colaboração com o Estado e a União, para o pleno atendimento dos direitos da criança na primeira infância;

VI – Propor e coordenar as ações de prevenção e proteção à criança na primeira infância contra toda forma de violência.

Art. 3º O Comitê será composto por um representante titular e um representante suplente dos seguintes órgãos e entidades:

I – Da administração pública municipal:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família;
b) Secretaria Municipal de Saúde;
c) Secretaria Municipal de Educação.

II – Da sociedade civil, indicados pelos seguintes órgãos:

a) Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
b) Representantes da APMFs – Associação de Pais, Mestres e Funcionários;
c) Representantes da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).

§ 1º Os membros do Comitê serão indicados pelo titular do órgão ou representante da entidade e designados em ato de nomeação.

§ 2º Na composição do Comitê deverá ser observada a paridade entre integrantes da administração pública municipal e os representantes da sociedade civil.

§ 3º O Comitê poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades públicas ou privadas para participar de suas reuniões, além daquelas dispostas no art.3º, com a finalidade de colaborar e contribuir com as atividades de formulação e acompanhamento do Plano Municipal para a Primeira Infância, sem direito a voto.

§ 4º A participação dos representantes do Comitê será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 4º Além das atribuições conferidas ao Comitê no art. 2º, compete – lhe também:

I – Promover de forma intersetorial estudos, pesquisas, seminários, palestras, publicações e afins;

II – Dar publicidade a dados e informações sobre o andamento do Plano Municipal para a Primeira Infância para a população em geral;

Art. 5º A instalação e a constituição do Comitê Municipal de Gestão Intersetorial Políticas Públicas para a Primeira Infância se darão no prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação deste decreto.

Art. 6º O funcionamento do Comitê Municipal de Gestão Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância será disciplinado em seu regimento interno, que deverá ser aprovado em ato da coordenação deste, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de sua constituição.

Art. 7º A representação dos órgãos, por meio de seus membros, deverá ocorrer pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, garantindo – se a possibilidade de alternância.


Parágrafo único. Poderá haver a recondução dos membros por igual período, nos termos do regimento interno.

Art. 8º As deliberações do Comitê serão adotadas por consenso ou maioria simples e publicadas em diário oficial local ou veiculo de comunicação de ampla circulação.


Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 7.223/2025 de 15/09/2025.

Jussara-Pr, 24 de setembro de 2025


Moacir Luiz Pereira Valentini
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
R. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
CNPJ: 04.122.007/2016
CNPJ: 75.789.552/0001-20



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA
CNPJ: 75.789.552/0001-20

DECRETO 7240/2025

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR"

O Prefeito do Município de Jussara - Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente no contido na Lei Municipal n.º 1.967 de 19/12/2024.

DECRETA

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 113.400,00 (cento e treze mil e quatrocentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Des	Org	Unid	Funcional	Fonte	Nomenclatura	Cat. Eco	Valor
120	03	002	041260022011	01000	Manutenção das Atividades de Recursos Humanos	3.3.90.39	40.000,00
746	07	004	062450002046	01000	Manutenção das Atividades dos Serviços Socioeconômicos	3.3.90.32	60.000,00
1444	10	003	103010002034	33494	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3.3.90.32	13.400,00
TOTAL							113.400,00


Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do cancelamento parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:


Des	Org	Unid	Funcional	Fonte	Nomenclatura	Cat. Eco	Valor
0271	05	005	154520002012	01000	Manutenção das Atividades dos Serviços Urbanos	3.3.90.36	10.000,00
1057	10	003	103010002034	01000	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	4.4.90.52	50.000,00
1100	10	004	103020002055	01000	Manutenção das Atividades do Hospital Municipal	3.3.90.39	14.265,84
1204	10	009	103030002040	01000	Transferências ao Conselho Intersetorial Paraná Saúde	3.3.72.30	25.734,14
1338	10	003	103010002034	33494	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3.3.90.30	13.400,00
TOTAL							113.400,00

Art. 3º - Fica o Executivo Municipal autorizado, a alterar as referidas dotações orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual - LOA/2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2025 e no Plano Plurianual - PPA 2022/2025.


Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Romildo Rufato.
Jussara, 25 de Setembro de 2025.


MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
R. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
CNPJ: 04.122.007/2016
CNPJ: 75.789.552/0001-20



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA
CNPJ: 75.789.552/0001-20

DECRETO 7241/2025

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR"

O Prefeito do Município de Jussara - Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente no contido na Lei Municipal n.º 1.967 de 19/12/2024.

DECRETA

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 8.250,00 (oito mil, duzentos e cinquenta reais), na seguinte dotação orçamentária:

Des	Org	Unid	Funcional	Fonte	Nomenclatura	Cat. Eco	Valor
205	04	002	041260022011	01000	Manutenção das Atividades de Tecnologia e Informática	3.3.90.40	8.250,00
TOTAL							8.250,00


Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do cancelamento parcial da seguinte dotação orçamentária:


Des	Org	Unid	Funcional	Fonte	Nomenclatura	Cat. Eco	Valor
0271	05	005	154520002012	01000	Manutenção das Atividades dos Serviços Urbanos	3.3.90.36	8.250,00
TOTAL							8.250,00

Art. 3º - Fica o Executivo Municipal autorizado, a alterar as referidas dotações orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual - LOA/2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2025 e no Plano Plurianual - PPA 2022/2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Romildo Rufato.
Jussara, 25 de Setembro de 2025.


MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Caramuru, 150 - Centro - CEP: 87.235-000
Fone: 44.3674.1308 - 3674.1560 - CNPJ: 75.790.355/0001-77
E-mail: gabinete@indianopolis.pr.gov.br

DECRETO Nº 100/2025

Síntese: Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS no uso de suas atribuições legais e em conformidade com Lei nº 711 de 2024, de 28 de novembro de 2024.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 279.936,45 (Duzentos e Setenta e Nove Mil, Novecentos e Trinta e Seis Reais e Quarenta e Cinco Centavos), destinados à suplementação das seguintes dotações do orçamento em vigor, assim discriminadas:

Código	Descrição	Valor
0000	SECRETARIA GERAL	
03	GABINETE DO SECRETARIO GERAL	
04.122.0007.2016	Encargos Gerais do Município com a Administração Municipal	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
210	0000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
04.122.0007.2016	Encargos Gerais do Município com a Administração Municipal	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
260	0000-Recursos Ordinários (Livres)	37.282,79
05	SUBTOTAL	47.282,79
09.002	DIVISÃO DE FAZENDA E FINANÇAS	
09.023	Divisão de Contabilidade e Contabilidade	
09.023.0004.0009	JURIS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	
3.3.90.21.00.00	0000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
010	SUBTOTAL	20.000,00
09	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
09.003	DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS	
09.003.0018.2014	Manutenção de Praças, Parq. e Jardins	
3.3.90.36.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1130	0000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
010	SUBTOTAL	5.000,00
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLATB	
07.001.0010.2059	Manter o Prog. Atende. Básica em Saúde	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1412	0000-Recursos Ordinários (Livres)	44.000,00
1410	0000-Recursos Ordinários (Livres)	14.000,00
1430	0000-Recursos Ordinários (Livres)	400,00
1473	0000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
10.301.0010.2074	Manter o Programa Saúde Bucal - PSB	
3.3.90.40.00.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PESSOA JURÍDICA	
1990	0000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
07.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLMAC	
07.002.0010.2077	Manter os Serviços Hospitalares e de Média Alta Complexidade	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2340	0000-Recursos Ordinários (Livres)	11.000,00
2450	0000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
07.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLVGS	
10.305.0010.2033	Manter a Vigilância Epidemiológica	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2800	0000-Recursos Ordinários (Livres)	3.300,00
07.004	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLAFB	
10.303.0010.2032	Manter a Farmácia Básica	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2920	0000-Recursos Ordinários (Livres)	18.000,00
07.005	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLGES	
10.302.0010.2031	Gestão Administrativa da Saúde	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3060	0000-Recursos Ordinários (Livres)	3.036,00
3.3.90.38.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3110	0000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
08	SUBTOTAL	110.736,00
08.002	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
20.008.0010.2050	DIVISÃO DE AGRICULTURA E FOMENTO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3350	0000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
09	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
09.002	DIVISÃO DE ENSINO	
12.361.0011.2037	Manter o Transporte Escolar	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3770	00104-Denúncias Impostos Vinculados à Educação Básica	15.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3820	00104-Denúncias Impostos Vinculados à Educação Básica	5.000,00
09.003	FUNDEB	
12.381.0011.2039	Manter o Fundo Educação Básica - Ensino Fundamental	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4090	00104-Denúncias Impostos Vinculados à Educação Básica	15.000,00
12.385.0011.2040	Manter o Fundo Educação Básica - Educação Infantil	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4410	00104-Denúncias Impostos Vinculados à Educação Básica	55.000,00
10	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
10.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0008.2101	Ações de Apoio a Mulher	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
6200	0000-Recursos Ordinários (Livres)	900,00
08.243.0008.2084	Ações de Prevenção e Fortalecimento de Vínculos	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4670	00634-Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	2.000,00
08.244.0008.2023	Manter o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4842	00067-Proteção Social Básica - SUAS - Recursos da Portaria MDS Nº 886, de 19 de maio de 2023	6.000,00
08.243.0008.2084	Ações de Prevenção e Fortalecimento de Vínculos	
3.3.90.30.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4710	00634-Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	4.536,00
10.003	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO	
08.241.0008.2131	Implementação do Centro Dia - IDOSO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5681	0000-Recursos Ordinários (Livres)	1.479,16
10.004	COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0008.2027	Gestão Administrativa da Divisão Municipal de Assistência Social	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5880	0000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
5930	0000-Recursos Ordinários (Livres)	402,50
14	SUBTOTAL	16.517,66
14.001	SECRETARIA DE TRANSPORTES URBANOS E RURAIS	
26.782.0018.2015	Manter os Serviços Rodoviários Municipais	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
8400	0000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
010	SUBTOTAL	20.000,00
010	SUBTOTAL	279.936,45

Art. 2º - Como recursos para abertura do crédito orçamentário de que trata o artigo anterior, será utilizado:

I – O Superávit financeiro no exercício anterior, nos termos do artigo 43 § 1º Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/1964, das seguintes fontes de recurso:


Fonte	Descrição	Valor
00934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	5.536,00
00967	Proteção Social Básica - SUAS - Recursos da Portaria MDS Nº 886, de 19 de maio de 2023	6.000,00
00968	Despesa Nº 019/2023 - CÉDIPR - PESSOA IDOSA	1.479,16
01495	INCENTIVO ESTADUAL AO PSF - PSB - F. 1495	14.000,00
TOTAL		28.015,16

II - O Excesso de Arrecadação na seguinte conta de Receita:

Conta de receita	Descrição	Valor
1.1.1.2.53.0.1.00.00.0	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMOVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMOVEIS - PRINCIPAL	107.282,79
1.7.1.3.50.1.1.00.00.0	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ATENÇÃO PRIMÁRIA - PRINCIPAL	54.000,00
TOTAL		161.282,79

III- O Cancelamento das seguintes Dotações Orçamentárias

Código	Descrição	Valor
05	SECRETARIA DE FAZENDA E FINANÇAS	
09.002	DIVISÃO DE FINANÇAS	
04.123.0004.0009	Amortizar a Dívida Consolidada e Contratada	
04.123.0004.0009	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONSOLIDADA E CONTRATADA	
040	0000-Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00
09.003	DIVISÃO DE CONTABILIDADE	
04.123.0004.0009	VERGIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	
3.1.90.11.00.00	0000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
010	SUBTOTAL	45.000,00
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLATB	
07.001.0010.2059	Manter o Prog. Atende. Básica em Saúde	
3.1.90.11.00.00	VERGIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSO	

<div> <div>  </div> <div> <div> <div> </div> </div> </div> </div> <div> <div> <div> </div> </div> </div>	<div> <div> <div> </div> </div> </div> <div> <div> <div> </div> </div> </div>
<div> <div> <div> </div> </div> </div> <div> <div> <div> </div> </div> </div>	<div> <div> <div> </div> </div> </div> <div> <div> <div> </div> </div> </div>

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Art. 212 e 212-A da Constituição Federal)			
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o bimestre (b)	
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	2.905.800,00	2.201.947,86	
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	630.000,00	962.361,85	
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	500.000,00	218.389,28	
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	432.407,42	432.407,42	
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.263.000,00	987.470,31	
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	34.207.304,00	20.236.995,38	
2.1 - Cota-parte FPM	30.130.503,00	13.977.704,40	
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.408.800,00	12.768.878,92	
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.640.903,00	808.825,58	
2.2 - Cota-parte ICMS	11.645.303,00	5.641.277,43	
2.3 - Cota-Parte IPF-Exportação	100.960,00	80.761,27	
2.4 - Cota-parte ITR	794.000,00	20.918,02	
2.5 - Cota-parte IPVA	1.440.980,00	916.324,46	
2.6 - Cota-Parte IOF-Couro	0,00	0,00	
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	37.113.104,00	22.438.943,44	
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE (2.1.1) + (2.2.1) + (2.3.1) + (2.4.1) + (2.5.1) + (2.6.1)	6.513.274,60	3.885.952,00	
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 8% DE (2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5.1) + (2.7) + 20% DE (1.1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6.1)	2.765.001,90	1.724.096,36	

FUNDES		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDES NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS
		Até o bimestre (b)
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDES	5.934.928,08	3.534.302,93
6.1 - FUNDES - Impostos e Transferências de Impostos	5.900.928,08	3.398.621,11
6.1.1 - Principal	5.900.928,08	3.377.363,03
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	21.278,08
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDES - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDES - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDES - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1 - Principal	52.000,00	13.671,82
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	52.000,00	13.671,82
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDES (6.1.1 - 4.1)	(6.12.746,52)	(508.188,97)

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		Valor
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		118.777,89
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		118.777,89
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		0,00
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDES DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (8.1 + 8.2)		118.777,89

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDES (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDES	6.011.594,17	3.704.893,82	3.628.384,76	3.482.575,96	76.939,08
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.992.801,68	3.404.354,76	3.404.354,76	3.325.747,78	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	5.022.696,68	3.032.170,95	3.032.170,95	2.983.214,46	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	407.635,00	286.425,50	286.425,50	278.055,38	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	83.000,00	15.935,90	15.935,90	15.935,90	0,00

DESPESA COM RECURSOS DO FUNDES (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10.1.4 - Educação Especial	79.500,00	90.222,81	90.222,81	48.938,96	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	418.782,49	300.939,08	234.030,00	196.827,70	76.939,08
10.2.1 - Educação Infantil	27.756,09	20.928,96	20.928,96	20.928,96	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	96.000,00	67.875,18	64.335,00	15.375,00	3.940,18
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	269.026,40	211.735,32	138.766,44	120.524,22	72.968,88
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escalar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDES					
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDES RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g) / (DESPESAS PAGAS - INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDES RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	3.690.718,78	3.574.209,72	3.477.360,52	76.939,08	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDES - Impostos e Transferências de Impostos	3.626.290,04	3.593.281,16	3.496.431,96	72.968,88	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDES - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDES - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDES - Complementação da União - VAAR	24.408,74	20.928,96	20.928,96	3.940,18	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDES COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.404.354,76	3.404.354,76	3.325.747,78	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDES - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAF APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDES - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAF APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso II e § 1º - Constituição Federal	VALOR EXIGIDO (g)	VALOR APLICADO (h)	VALOR CANCELADO APÓS DEBÜDO (i)	% APLICADO (m)
15 - Mínimo da 70% do FUNDES na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	2.379.041,78	3.404.354,76	3.404.354,76	100,17
16 - Prioridade de 80% da Complementação da União ao FUNDES (VAAF) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - Mínimo de 10% da Complementação da União ao FUNDES - VAAF em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art. 28, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% do Superávit)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCETO EM CASO DE PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	353.430,29	(39.906,70)	(39.906,70)	0,00	(1,13)

INDICADOR - Art. 28, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O EXERCÍCIO ANTERIOR (u)	VALOR APLICADO ANOS OPOSTO QUANTO À QUANTIDADE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT APLICADO ANOS OPOSTO QUANTO À QUANTIDADE (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ANOS OPOSTO QUANTO À QUANTIDADE (x)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ANOS OPOSTO QUANTO À QUANTIDADE (y)
19 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDES	621.481,76	118.777,89	2.179,00	65.994,00	65.994,00	55.423,48	0,00
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDES - Impostos e Transferências de Impostos	611.198,24	47.919,93	0,00	0,00	0,00	47.919,93	0,00
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDES - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	10.283,52	75.457,96	2.179,00	65.994,00	65.994,00	8.503,52	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDES)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDES (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	3.694.193,80	2.474.924,39	2.467.783,08	2.434.742,81	6.741,31
20.1 - Educação Infantil	1.999.598,96	1.144.002,38	1.142.962,38	1.123.672,99	1.440,00
20.2 - Ensino Fundamental	2.029.854,94	1.303.861,68	1.279.849,38	1.279.849,38	5.301,31
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	23.000,00	19.066,79	19.066,79	18.734,21	0,00
20.4 - Educação Especial	14.700,00	2.284,23	2.284,23	2.284,23	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escalar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDES					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDES (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDES	2.938.696,84	1.603.624,37	1.594.982,88	1.562.992,34	8.941,49
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	2.938.696,84	1.603.624,37	1.594.982,88	1.562.992,34	8.941,49

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL		Valor
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS + L30 (a ou e)		2.467.783,08
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (4)		3.885.952,00
24 - (-) RECEITAS DO FUNDES NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% + L18(g)		0,00
25 - VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRAR O LIMITE CONSTITUCIONAL = (1.18.10) + 10% - MDE 13. Edição		0,00
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS		0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO + L30.10(g) + L30.30(f)		0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE - (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)		6.353.335,08

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5			
	VALOR EXIGIDO (g)	VALOR APLICADO (h)	% APLICADO (m)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	5.609.603,36	6.353.335,08	28,31


RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (n)	RP LIQUIDADAS (a-b)	RP PAGOS (a-b)	RP CANCELADOS (a-f)	SALDO FINAL (n-g) = (n) - (a-f) - (d-f)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDES - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDES - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS
		Até o bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	657.400,00	427.813,84
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FIDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	576.000,00	370.265,48
31.1.1 - Salário-Educação	350.000,00	265.736,88
31.1.2 - PODE	0,00	0,00
31.1.3 - FNAME	120.000,00	95.318,98
31.1.4 - FNAME	8.000,00	8.009,19
31.1.5 - Outras Transferências do FIDE	108.000,00	1.189,43
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	470,81	470,81
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	79.400,00	57.087,85

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)					
OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEBÍTOS RECEITAS	2.995.703,01	624.054,88	618.091,98	635.035,63	38.994,30
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	1.916.300,17	197.112,92	179.671,67	196.192,68	18.441,26
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	642.053,14	426.941,96	406.418,91	378.942,05	20.623,05
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	7.349,70	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	12.294.140,98	6.813.633,05	6.691.418,38	6.452.913,96	122.214,87
33.1 - Despesas Correntes	10.293.204,67	6.738.640,05	6.616.462,38	6.428.263,96	122.214,

[illegible]

<div>  <div> <div>Prefeitura Municipal de São Tomé - 2025</div> <div>DEMONSTRATIVO DA DESPESA DO ORÇÃO</div> <div>Período: 01/07/2025 até 31/03/2025</div> </div> </div>						Página:1
Categoria		Autorizada	Alocada	Empenhada	Liquidada	Paga
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	308.808,00	308.808,00	40.004,77	40.284,77	40.124,77
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	289.458,00	289.458,00	40.004,77	40.004,77	40.004,77
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	289.458,00	289.458,00	40.004,77	40.004,77	40.004,77
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	238.788,00	238.788,00	34.375,25	34.375,25	34.375,25
3.1.90.11.01.00	VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00	0,00	28.147,60	28.147,60	28.147,60
3.1.90.11.01.07	REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DE CONSELHOS	0,00	0,00	28.147,60	28.147,60	28.147,60
3.1.90.11.43.00	13º SALÁRIO	0,00	0,00	6.227,65	6.227,65	6.227,65
3.1.90.11.43.07	13º SALÁRIO - MEMBROS DE CONSELHOS	0,00	0,00	6.227,65	6.227,65	6.227,65
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	50.609,00	50.609,00	5.609,52	5.609,52	5.609,52
3.1.90.13.02.00	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	0,00	0,00	5.609,52	5.609,52	5.609,52
3.1.90.13.02.05	INSS - SECRETÁRIOS E OUTROS AGENTES EQUIPARADOS	0,00	0,00	5.609,52	5.609,52	5.609,52
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.350,00	19.350,00	0,00	240,00	120,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	19.350,00	19.350,00	0,00	240,00	120,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	5.250,00	5.250,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00	4.000,00	0,00	240,00	120,00
3.3.90.39.58.00	SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	240,00	120,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS		315.808,00	315.808,00	40.004,77	40.284,77	40.124,77
<div> <div>Crédito de anulação:</div> <div> <div>Origem: 07</div> <div>Sustentação: 240</div> <div>Empenho e aplicação do exercício e de restos</div> </div> </div>						
<div> <div>Elaborado por: ANTONIO MARCELO CARDOSO DE MATOS, no endereço: 95374</div> <div>28/03/2025 13:30:41</div> </div>						